

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
FACULDADE DE COMUNICAÇÃO E BIBLIOTECONOMIA

JÚLIA LEMOS VIEIRA

A CONCEPÇÃO TRADICIONALISTA

DA OBJETIVIDADE JORNALÍSTICA

GOIÂNIA

2005

JÚLIA LEMOS VIEIRA

A CONCEPÇÃO TRADICIONALISTA

DA OBJETIVIDADE JORNALÍSTICA

Monografia apresentada ao curso de
Jornalismo na Faculdade de
Comunicação e Biblioteconomia da
Universidade Federal de Goiás

Orientadora: Profa. Silvana Coleta
Santos Pereira (Faculdade de
Comunicação e Biblioteconomia).

Co-orientadora: Profa. Dra. Joana Plaza
Pinto (Faculdade de Letras).

GOIÂNIA

2005

AGRADECIMENTOS

A gestação de minhas idéias é sempre um trabalho coletivo. Tantos *eus* que leram através de meus olhos, tradutores que mesclaram os outros em mim, os embates e as harmonias dos significados, muitas vezes me surpreendi com o quanto do “outro” estava ali nas minhas construções textuais.

Quero agradecer à minha família, pelo primeiro olhar, pelo apoio de minhas irmãs Tatiana e Maíra e pela escola de amor ao estudo que obtive na convivência com meus pais, Euler e Isaura. Pelas longas horas de análises teóricas que me foram proporcionadas dentro de casa, me despertando a paixão pela leitura e pelo debate de idéias. Pela dedicação no cuidado com a minha saúde, essencial para a tranquilidade necessária para a conclusão desse projeto.

O pedacinho de cada um trouxe um impulso novo, uma centelha e um sopro que espalhou energia e calor para a produção deste trabalho. Ao meu querido Gabriel, que acompanhou todos os momentos, dando estímulo e valor nas horas de desalento. Aos meus amigos: Marcelo Rodrigues, Miriam Plaza, Janaína Galvão, Letícia Nobre pelas riquíssimas contribuições, sugestões e críticas. Um agradecimento à parte para a amizade de Lian Tai, a qual me despertou maior paixão pela filosofia, me ensinou a ser mais disciplinada e dedicada e por tudo mais que fica implícito aqui. Agradeço à minha Orientadora Silvana Coleta, em quem depusitei a merecida confiança para a compreensão do tema desta monografia. Pela atenção e pela escolha, pela aposta no meu projeto, pelo estímulo essencial.

Um especial obrigado à minha co-orientadora Joana Plaza Pinto, pessoa incrível e com grande bagagem teórica, por quem adquiri ainda mais respeito e admiração. Pela dedicação e segurança teórica que me ofereceu no momento mais difícil para a continuidade deste projeto.

Dedico este trabalho a todos estes e também àqueles amigos especiais que participaram e participam da minha vida, os quais estão no mosaico do que é o meu olhar hoje.

“(...) toda percepção de tipos, semelhanças, fatos, etc. , em suma, toda percepção de entidades abstratas – com efeito, toda percepção mesmo de particulares – é uma ocorrência lingüística. De acordo com isso, nem mesmo a percepção de tais tipos, semelhanças e fatos, enquanto pertinente à assim chamada experiência imediata, é pressuposta pelo processo de adquirir o uso da linguagem.”

Wilfrid Sellars

“Distinções como as que estabelecem entre denotação e conotação são fundamentalmente insatisfatórias (...) Compreender a enunciação de outrem significa orientar-se em relação a ela, encontrar o seu lugar adequado no contexto correspondente. Não tem sentido dizer que a significação pertence à palavra enquanto tal.”

Mikhail Bakhtin

“Fica patente que por trás da assim chamada cortina, que deve cobrir o interior, nada há para ver, a não ser que nós entremos lá dentro tanto para ver como para que haja algo ali para atrás que possa ser visto.”

Friedrich Hegel

Sumário

Introdução.....	6
Capítulo I - A construção do conceito de objetividade no jornalismo.....	11
1.1 - O advento da imprensa objetiva.....	11
1.2 - Imprensa objetiva no Brasil.....	17
1.3 - Repensando o objetivismo e sua crítica.....	24
1.4 - A confusão na análise da linguagem objetiva no jornalismo.....	28
Capítulo II - A concepção tradicionalista de objetividade.....	32
2.1 - A filosofia por trás da objetividade jornalística.....	32
2.2 - O legado cartesiano, a resposta de Kant e o questionamento de Hegel.....	35
2.3 - Sobre uma mudança no lócus da objetividade jornalística.....	40
2.4 - Bakhtin: a palavra como fragmento da realidade.....	43
2.5 - Influência pragmaticista: a prática de conversação.....	46
2.6 - O diálogo na pauta da ética jornalística.....	47
Conclusão.....	52
Referências Bibliográficas.....	55

Introdução

O tema desta monografia foi construído em cima de questionamentos feitos a partir das aulas e leituras de textos acadêmicos que trataram de técnicas para a construção de notícias. Em diversas ocasiões, foram passadas aos alunos as tarefas de analisar uma notícia jornalística sobre um tema definido, a fim de encontrar seus êxitos e fracassos no que concerne a itens como clareza, precisão, veracidade, objetividade, concisão e imparcialidade. Também foram passados exercícios de análise dos textos jornalísticos no que concerne à ética. Em diversos momentos, deparei-me com notícias acerca de temas polêmicos e pude perceber que dificilmente era possível caracterizá-las como objetivas ou verdadeiras. Não por que falseassem a verdade abertamente ou por que fizessem uso de adjetivos e metáforas. O problema da objetividade estava precisamente na palavra despretensiosa, palavras que, do ponto de vista técnico de construção de notícias, não tinham nenhum caráter qualitativo que pudesse comprometer a notícia quanto à imparcialidade. Mas o comprometimento ocorria nessas palavras (mesmo que fossem substantivos e verbos), consideradas “não comprometedoras” para a construção de notícias que se propõem “honestas” com a “realidade”.

A palavra e seu significado, o sentido que cada palavra possui no texto – estas foram questões que me despertaram interesse e me levaram a pesquisas e estudos de matérias dentro da filosofia da linguagem. A maioria dos ataques ao quesito de objetividade feitos por teóricos do jornalismo me soaram bastante incongruentes por não conseguirem realmente descartar a busca pela objetividade, mesmo quando assumiam a impossibilidade de alcançá-la. Depois de pesquisar mais a fundo, encontrei alguns trabalhos acadêmicos na área da comunicação que discorriam e relacionavam teorias de filosofia com o jornalismo, tais como a obra de Luiz Amaral (1996), de Traquina (2004) e o artigo de Pierre (1999).

A mim pareceu indispensável estudar a questão das palavras para ter uma idéia mais abrangente das relações possíveis entre pensamento, linguagem e realidade.

O primeiro trabalho que elaborei utilizando filosofia da linguagem para a discussão de um texto jornalístico ocorreu alguns meses após a queda das torres gêmeas nos Estados Unidos. Questionei nesse trabalho o significado da palavra “terrorismo” que, desde o acontecimento em questão, passou a ser utilizada sempre em associação aos grupos que atacaram ou, supunha-se, pretendiam atacar os Estados Unidos. O vocabulário adotado pela imprensa brasileira parece ter sido o mesmo da imprensa norte-americana. Na ocasião, tive contato com textos editoriais do jornal francês *Le Monde Diplomatique*, os quais afirmavam que o uso da palavra “terrorismo” seria evitado naquele jornal por uma questão de princípio ético já que, dizia o editorial, atos de violência indiscriminada muitas vezes são cometidos por parte do próprio aparelho de Estado. Quanto ao uso da palavra “terrorismo” na imprensa brasileira, quase sempre ocorreu relacionado aos atos violentos praticados contra os EUA e outros países do hemisfério norte e nunca relacionado aos atos violentos cometidos pelos países do hemisférios norte contra populações de países subdesenvolvidos.

As palavras não denominam objetos e sim adquirem significados de acordo com o contexto de seu uso. Essa idéia foi-me transmitida com o estudo de duas obras de Wittgenstein (1984; 2001). Foi precisamente através da segunda obra, *Investigações filosóficas* (1984) que questionei a objetividade de notícias as quais traziam a palavra terrorismo. A idéia de notícia pressupõe objetividade e através dessa obra me atentei para a consideração de que não é possível afirmar que a palavra possui referentes fixos em uma realidade neutra. O que ficou mais claro foi o poder que a notícia possui na atribuição de significados a certas palavras através do uso repetido destas em associação a referentes determinados. Esse poder da notícia deve-se à sua pretensão objetiva que acaba por tornar legítima a maneira como faz as associações de palavras. Localizei essa concepção objetiva de palavras denominando objetos na primeira obra de Wittgenstein (2001), livro que mais

tarde em grande parte é contestado pelo próprio autor nas *Investigações filosóficas*.

No *Tractatus*, Wittgenstein (2001) diz que a função essencial da linguagem é representar e descrever o mundo. A busca de uma estrutura lógica comum que esclareça a conexão entre mundo /pensamento/ linguagem é devido à idéia de que existe uma ordem *a priori* e que, conhecendo a estrutura da linguagem, é possível conhecer a estrutura do mundo. O mundo, para Wittgenstein (2001), é constituído por fatos, os quais são formados por fatos atômicos, os quais são combinações de objetos. “Os objetos constituem a substância do mundo” (WITTGENSTEIN, 2001), e os nomes se referem a objetos. A correlação que o *Tractatus* busca é: o que está no mundo (ou seja, o estado de coisas possíveis e *atuais*) tem que poder ser exprimível pela linguagem (e o contrário é impossível de ocorrer). Nesse sentido, a proposição que exprime o fato deve ter uma relação estrutural composicional com ele: as partes (objetos) que compõem o fato (estado de coisa atual) devem ter figuração correspondente nos nomes que compõem a proposição.

Para escrever o *Tractatus*, o ponto de partida de Wittgenstein (2001) foi a lógica simbólica de Frege. Tal lógica simbólica deveria ser uma linguagem ideal, sem as falhas da linguagem ordinária, que pudesse determinar específicas condições de verdade. Essa tentativa de construir uma linguagem privilegiada, que pudesse representar o mundo de modo puro, consistiu em uma recapitulação da tradição cartesiana-kantiana da filosofia, tradição esta que concebe a distinção entre o que é *dado* e o que é *acrescentado pela mente*, distinção mente/corpo, linguagem/realidade, que concebe a existência de alguma matriz neutra e permanente fora de nossa apreensão. Essa é a tradição filosófica que emprestou à sociedade moderna uma idéia de conhecimento como a tentativa de espelhar o mundo.

A segunda obra de Wittgenstein (2001) pode ser colocada juntamente com um conjunto de obras de outros filósofos contemporâneos, os quais também buscaram relacionar pensamento/linguagem/mundo através de um vocabulário diferente do utilizado na filosofia como teoria do conhecimento (filosofia tradicional). A velha preocupação em se tentar

estabelecer uma relação transparente e direta entre linguagem e realidade é deslocada. Em *Investigações Filosóficas*, Wittgenstein (1984) tenta mostrar que as palavras não denominam objetos. No aprendizado da linguagem, não se ensina a representar, mas sim se ensina o ato de seguir uma regra.

Traquina (2004) afirma que a teoria do espelhamento parece prevalecer na concepção jornalística acerca do que é objetividade e que a imagem do espelhamento é um dos maiores mitos que rodeiam o jornalismo.

“O jornalista é apresentado como um comunicador desinteressado, um agente sem interesses específicos a defender, que não se desvia de sua missão de informar, procurar a verdade, contar o que aconteceu (...) O seu produto é apresentado como sendo uma transmissão não expurgada da realidade, um espelho”, (TRAQUINA, 2004, p.140)

De acordo com Traquina (2004), a teoria do espelho é oferecida pela própria ideologia profissional dos jornalistas nos países ocidentais para explicar porque as notícias são como são. A idéia do espelhamento teve dois fatores impulsionadores. O primeiro fator foi o crescimento da imprensa como uma indústria e a conseqüente profissionalização dos jornalistas. O segundo fator foi o desenvolvimento da democracia, a qual promoveu a substituição do paradigma de jornalistas como militantes políticos para o paradigma de jornalistas como relatores cautelosos em não emitir opiniões pessoais.

Traquina (2004) defende que dois momentos históricos foram marcantes nesse processo. Primeiro foi o surgimento do jornalismo de informação: a separação entre fatos e opiniões, o domínio do princípio teórico do positivismo, o esforço da filosofia e das ciências de reproduzir o mundo, como se supunha estar fazendo com o uso da máquina fotográfica. O segundo foi o surgimento do conceito de objetividade nos anos vinte e trinta, do século XX, nos Estados Unidos.

Esta monografia terá como pretensão encontrar a relação entre a objetividade jornalística e a objetividade pensada pela filosofia tradicional, buscando apontar se uma origina a outra. É importante destacar que a metodologia utilizada parte de estudos de filosofia, os quais me despertaram para uma posterior análise dos livros e manuais de jornalismo, a fim de tentar

confirmar a hipótese de que o mundo jornalístico se justifica através do discurso de um espelhamento da realidade.

No primeiro momento será feita uma pesquisa teórica de diversos livros didáticos e manuais de jornalismo para entender como os conceitos de notícia e fato se relacionam com a noção de objetividade no jornalismo.

Num segundo momento buscarei fazer um paralelo entre a concepção de objetividade no jornalismo e a concepção de objetividade da linha cartesiana-kantiana da filosofia tradicionalista.

Esse caminho teórico foi escolhido por entender que qualquer questionamento acerca da possibilidade de objetividade na notícia pressupõe uma compreensão aprofundada do lócus filosófico em que o conceito de objetividade jornalística foi calcado.

Capítulo 1 – A construção do conceito de objetividade no jornalismo

1.1 - O advento da imprensa objetiva

“Nada mais natural que, em determinado momento histórico, a noção de objetividade viesse a interessar à imprensa, cuja função é informar o que se passa na comunidade, no país e no mundo” (AMARAL, 1996, p.25).

De acordo com Amaral, a discussão dos princípios de imparcialidade e equilíbrio como componentes determinantes da ética profissional no jornalismo começou em meados de 1850. O termo *objetividade* teria sido utilizado somente oitenta anos mais tarde, após a Primeira Guerra Mundial. Até então, a imprensa tinha um caráter político partidário. Amaral (1996) afirma que a idéia de que os jornalistas deveriam esquivar-se de suas normas e referências ideológicas ganhou força nos primeiros anos do século XIX na Inglaterra, França e Estados Unidos. Vejamos alguns fatos relevantes em ordem cronológica:

1814	Impressora a vapor – surgimento e produção em série em Londres
1833	Impressora a vapor chega aos Estados Unidos. New York Sun inaugura produção em massa
1835	Agência de notícias “Havas”
1838	Daguerreótipo – Placa polida. Fixa imagens fotográficas.
1844	A primeira mensagem telegráfica é transmitida por Samuel Morse
1848	Agência de notícias “Harbour News Association”
1849	Agências de notícias “Associated Press” (americana) e “Telegraphen Compagnie de Berlim” (alemã)
1851	Agência de notícias “Israel Bur Josaphat” (inglesa)
1876	Telefone – Graham Bell
1895	Rádio – Guglielmo Marconi

No trabalho de *reproduzir a informação*, a tecnologia teve um impacto significativo. O telégrafo permitiu o funcionamento dos jornais em tempo quase real, fomentou a criação de uma rede de agências de notícias e alargou a integração global de informações. Mas uma alteração importante que devemos considerar é a introdução de uma linguagem homogeneizada, rápida, *telegráfica*. A tecnologia não só introduziu o caráter de *imediatismo* e de *notícia em tempo real*, como também aprimorou a associação entre notícia e *reprodução direta dos fatos*. A orientação pelo uso de uma linguagem sintética também veio acompanhada com a ideologia de um conteúdo *objetivo*:

“as notícias tornaram-se mais orientadas para o acontecimento, (...) o conteúdo dominante dos jornais começou a concentrar-se em acontecimentos, por oposição a opiniões políticas.” (TRAQUINA, 2004, p. 54).

Amaral (1996) enumera quatro acontecimentos que contribuíram para adoção definitiva do princípio de objetividade: o advento das agências de notícias, desenvolvimento industrial, as duas guerras mundiais e o advento da publicidade.

As agências de notícias, criadas para vender notícias a governos e negociantes, só adotaram a confecção de notícias ditas *equilibradas* quando passaram a vender notícias também para os jornais. A Associated Press, agência fundada pelos próprios jornais, é considerada por Amaral (1996) a primeira instituição a adotar o conceito de objetividade e isenção. Teria influenciado os americanos por ter se tornado um modelo para os jornalistas. Depois do telégrafo, do telefone e do rádio, as agências se organizaram em monopólios e a redação dos jornais se sincronizou com as agências.

Amaral (1996) afirma que a política de imparcialidade teria surgido na Inglaterra, mas não especifica exatamente quando e em que condições. É Zunczik (2002) que nos sinalizar em que contexto a idéia de imparcialidade ganhou força na imprensa inglesa. Seus relatos mostram que a configuração do jornalismo como instrumento comunicador da verdade dos fatos ganhou pontapé inicial com a luta pela liberdade de imprensa.

Em 1487, a institucionalização da censura foi sistematizada pelo Papa , que, após a criação das máquinas de imprensa, decretou que todo texto deveria passar pela Censura da Cúria Romana antes de ser publicado. A reação oficial a esse ato ocorreu em 1644, quando o *Tratado de Aeropagítica*, feito pelo então censor John Milton, acusou o Papa de promover a supressão da verdade através da censura. Em 1649, na Inglaterra, um projeto de lei proposto pelo Partido Leveller colocou a liberdade de imprensa como condição para a busca da verdade e a promoção da justiça. Nos debates públicos a idéia de que a supressão da censura permitiria o acesso à verdade ganhou força.

A censura só deixou de existir na Inglaterra quando a chamada *Lei de Autorização* não foi renovada no ano de 1695. Em 1776, a liberdade de imprensa foi afirmada nos Estados Unidos na Declaração dos Direitos Humanos e, em 1791, foi a primeira emenda a ser acrescentada na Constituição Americana:

“O Congresso não promulgará nenhuma lei referente ao estabelecimento de nenhuma religião, nem proibirá o exercício da mesma; não limitará a liberdade de palavra nem de imprensa; nem o direito de as pessoas se reunirem pacificamente para pedir ao governo a retificação de agravos” (Declaração dos Direitos Humanos, 1791, *apud* ZUNCZIK, 2002, p.?).

Nesse período, a exaltação ao conhecimento e a idéia de que a liberdade de imprensa permitiria obter um *conhecimento da verdade* fica mais evidente e é difundida pelos fundadores do papel da imprensa nos EUA:

“O conhecimento sempre governará a ignorância. E o povo que se propõe ser seu próprio governante deve armar-se com o poder conferido pelo conhecimento. Um governo popular, sem a informação, nem os meios para consegui-la, não é senão o prólogo de uma farsa, ou de uma tragédia, ou talvez de ambas.” (MADISON, James *apud* ZUNCZIK, 2002, p. ?)

No trecho acima fica clara a idéia de que os meios de informação se legitimam como condicionantes para a aquisição do conhecimento.

“A maneira de prevenir essas interposições irregulares das pessoas é dar-lhes a informação completa referente a seus assuntos, através dos canais dos jornais públicos, e procurar fazer com que esses jornais cheguem a toda a massa das pessoas. Como a base de nosso governo é a opinião pública, o primeiro objetivo é a conservação desse direito. E se eu pudesse decidir se devemos ter um governo sem jornais ou jornais sem governo, não vacilaria um instante em preferir o último.” (JEFFERSON, Thomas, 1787 *apud* ZUNCZIK, 2002. p. 54).

Essas palavras, proferidas por Thomas Jefferson na ocasião da *Rebelião de Shay*, defendem o direito à *informação completa* especificamente através do canal dos jornais públicos.

Tanto Amaral (1996) quanto Traquina (2004) concordam que a indicação para um jornalismo imparcial nos EUA pode ser encontrado já no *New York Sun*, jornal fundado pelo americano Benjamin Day em 1833. O *Sun* se caracterizou pelo desligamento da subordinação aos agrupamentos partidários, se diferenciando dos demais jornais da época.

“Ele deu realce a notícias relacionadas com os processos judiciais e crimes, indo à fonte dos choques de interesses individuais e ao fundo das paixões humanas” (AMARAL, 1996, p 29)

A revolução que a imprensa de massa representou na imprensa americana configurou-se pela invenção de um conceito novo de notícia (que redefiniu o público e o privado, voltando o interesse para assuntos da comunidade) e pela valorização da figura do repórter (através da contratação).

O *New York Sun* tornou-se, em pouco tempo, o jornal mais difundido dos Estados Unidos. Depois dele o jornalismo pessoal e de opinião, tal como o *Tribune* de Horace Greeley, tornou-se inviável. Seguindo a linha do *Sun*, vieram *Evening Transcript* e *New York Herald*, em 1835. Até 1830, os nomes dos jornais sempre tinham palavras como *avertiser*, *commercial* ou *mercantil*. Depois entraram em voga as palavras *critic*, *herald* e *tribune*.

Não se pode afirmar, no entanto, que no já havia se fechado o conceito de imparcialidade que temos hoje. Em 1837, época em que já contava com a produção de trinta mil exemplares diários, o jornal foi considerado sensacionalista por trazer uma linguagem que ficou conhecida como *escandalosa*. Isso pode ser explicado considerando que o jornal, ao

evoluir para um empreendimento capitalista, evoluiu com características de sensacionalismo, corruptível aos interesses comerciais. A idéia da predominância da informação sobre a opinião ainda teve que amadurecer muito. De acordo com Amaral (1996) em 1847 o *New York Times* inaugurou um modelo de jornalismo que suprimiu o tom emocional e incorporou a imparcialidade como meta.

Em 1892, os editores aprimoraram a busca por exatidão. No *Baltimore Sun*, os repórteres deviam buscar uma precisão matemática. No *Chicago Tribune*, havia um cartaz que trazia os escritos “Quem ou o que? Como? Quando? Onde?”, e o *New York Word* trazia “Exatidão, exatidão, exatidão! Quem? O que? Onde? Quando? Como? Os fatos, a cor dos fatos!”.

A adoção de um jornalismo menos partidário criou um conceito de notícia ligado ao caráter de isenção, sem interpretação. O comentário do dono do jornal passou a vir no chamado “artigo de fundo”, que mais tarde passou a ser chamado de editorial. A Penny Press trouxe como revolução o lançamento da idéia de separação entre notícia e comentário.

De acordo com Amaral (1996), a proliferação de novas idéias no meio intelectual no final do século XIX e início do século XX e a ocorrência da Primeira Guerra Mundial teriam acendido críticas à idéia de objetividade. Nesse processo, intelectuais como John Dewey, Charles Horton Cooley, Robert E. Park e George Herbert Mead salientaram a subjetividade individual na percepção da mensagem como uma qualidade inerente do ser humano. Para a comunidade jornalística da época não era mais viável falar em imparcialidade durante o conflito da Primeira Guerra, já que na prática os profissionais não conseguiam deixar de atender suas simpatias pessoais e os interesses de seus respectivos países. Mas, apesar da experiência de guerra ter levado os jornalistas ao questionamento da supremacia dos *fatos* e do empirismo do final do século XIX, após a guerra é que veremos, pela primeira vez, o termo *objetividade* no meio jornalístico americano. A crítica lançada à *imparcialidade* não resultou, portanto, em uma verdadeira mudança de paradigmas.

Podemos chegar a essa conclusão considerando dois fatores relevantes na história do jornalismo. O primeiro consiste naquilo que Amaral (1996) chamou de *advento do jornalismo interpretativo*. A experiência do jornalismo na guerra não resultou em um abandono do processo de construção do conceito de notícia mas em pilares da idéia de objetivismo. Levou sim a uma saída mais amena: a criação de uma categoria aceitável no jornalismo informativo, o jornalismo interpretativo. Ou seja, constatar a necessidade de colocar opiniões e críticas no contexto vigente da guerra não levou os jornalista à desistência do aspecto *objetividade* no conceito notícia e sim levou à criação de um segundo espaço dentro do jornal onde o redator pudesse expor seu ponto de vista e assinar seu texto. Ainda assim, esse *ponto de vista* do redator só seria publicado se fosse identificado com o posicionamento dos donos da empresa jornalística – o que parece não ter mudado nos dias de hoje.

O que importa destacar é que a criação do *artigo* resolve um problema que os jornalistas encontraram na construção de notícias durante a guerra, que é a questão do caráter pessoal do texto.

Um segundo fator onde podemos verificar que o questionamento de objetividade não levou a uma mudança de paradigmas é a realização do Primeiro Congresso Pan-Americano de Jornalismo, em 1926. Esse evento ocorreu após a Primeira Guerra Mundial e funcionou como um espaço de difusão do jornalismo informativo e objetivo dos norte-americanos para os outros povos da América, onde se *ensinou* procedimentos técnicos para a construção da redação *objetiva*.

É após o questionamento de imparcialidade ocorrido durante a guerra que começam a aparecer nos jornais as matérias opinativas assinadas nos Estados Unidos. No início da década de vinte, o *New York Times* passou a trazer matérias de correspondentes estrangeiros com seus pontos de vista pessoais. As agências de notícia passaram a dar crédito a esse tipo de matéria em 1925, através da Agência *Associated Press*. Os textos interpretativos começaram a aparecer no *New York Sun* em 1931 e no *New York Times* em 1935.

1.2 - Imprensa objetiva no Brasil

Goulart (2001) realizou uma pesquisa baseando-se em relatos memorialistas de diversos jornalistas acerca da modernização do jornalismo brasileiro na década de 50 do século XX. Goulart (2001) observou uma homogeneidade nas visões expressas nos relatos e identificou elementos que apontam para um certo consenso que se construiu e se reconstruiu continuamente no meio jornalístico. Essa pesquisa é interessante na medida em que nos permite analisar como alguns conceitos (como o de objetividade) foram repetidos freqüentemente e como essa repetição produziu e reproduziu um simbolismo dominante sobre a profissão jornalística. Diversos livros utilizados nos cursos universitários de jornalismo apontam que o ideal de objetividade, assim como os procedimentos técnicos a ele associados, foram incorporados do jornalismo norte-americano.

Goulart (2001) cita o Primeiro Congresso Pan-Americano de Jornalismo como o marco inicial do processo de adoção da objetividade no jornalismo brasileiro. Nesse evento, realizado em 1926, em Washington, a formação da Sociedade Interamericana de Imprensa foi um grande estimulante para a aproximação entre jornalistas latino-americanos e norte-americanos. Recomendaram os americanos que, dentre as regras para se fazer um bom jornalismo, deveria estar o cuidado para que a opinião pessoal não fosse expressa e a notícia não fosse comentada. A linguagem deveria ser totalmente transparente e a informação deveria ser expressa de forma objetiva. Nas décadas de vinte, trinta e quarenta, o jornalismo brasileiro ainda tinha muito do caráter literário e estava bastante próximo da política. Somente na década de cinquenta, com o crescimento econômico e mudanças no sistema político brasileiro, é que o jornalismo brasileiro se renovou, adotando influências do jornalismo americano.

Houve mudanças administrativas com uma maior racionalização do processo de produção e gerenciamento mais impessoal. Além desse desenvolvimento de um padrão de produção discursiva, passou a ter maior

autonomia em relação à literatura e à política, desenvolveu técnicas redacionais, editoriais e visuais. A incorporação do ideal de objetividade veio acompanhada de uma série de procedimentos técnicos auxiliares na redação, tais como *lead*, *pirâmide invertida*, *copydesk*, *stylebook*, etc. Os gêneros informativos (notícias e reportagens) adotaram essas regras e passaram a ter caráter mais impessoal.

Amaral (1996) afirma que diversos historiadores concordam que até a *Independência* do Brasil, em 1822, o jornalismo brasileiro foi caracterizado por uma imprensa que servia à Corte, trazendo como notícias pequenos fatos do dia, aniversários e acontecimentos em torno da família reinante. Logo depois veio o predomínio do pasquim (pequeno jornal, com cerca de duas páginas, com linguagem livre e periodicidade incerta).

Viana (apud Sodré 1996) afirmou que, da fase do pasquim até a segunda metade do século XIX, a imprensa é panfletária e atrevida, “refletindo o ardor apaixonado das facções em divergências e chegando a excessos, ataques pessoais e insinuações maldosas”.

“A imprensa do Rio de Janeiro era, sem exceção, deplorável pelo desmando da linguagem, pelo feitio pasquineiro, toda de jornais incapazes de discutir uma questão sem personalismo, fosse para louvar, fosse para reprimir, oscilando entre o perfraseado servil dos periódicos ministeriais e o tom licencioso e anárquico adotado pelos liberais” (TARQUINIO apud AMARAL 1996 p. 70).

A história do jornalismo brasileiro esteve marcada por conjugações com o tribunismo e com a literatura. No tribunismo, podemos citar nomes como Cipriano José Barata de Almeida, João Soares Lisboa, Joaquim Nabuco, José do Patrocínio, Lopes Trovão, Quintino Bocayuva. Dentre os literatos da imprensa, podemos citar Manoel Antônio de Almeida, Gonçalves Dias, Olavo Bilac, Graciliano Ramos, João Simões Lopes, Érico Veríssimo e Mário Quintana

De acordo com Amaral (1996), o primeiro contato da imprensa brasileira com a noção de objetividade ocorreu em 1895, com a introdução do serviço telegráfico no Brasil. Além de notícias, os telegramas também traziam

das agências internacionais uma nova filosofia de trabalho. A chegada das relações públicas e da propaganda também reforçou a nova concepção de objetividade no Brasil.

A profissão *relações públicas* influenciou devido a modificação de alguns de seus aspectos por Ivy Lee e Edward Bernays no início do século XX. O trabalho de relações públicas ganhou uma imagem menos predisposta a preconceitos, voltada para a opinião pública e criadora de um meio amistoso de relacionamento entre jornalistas e empresa, com caráter de credibilidade.

Sobre como a propaganda influenciou no processo de “objetivação” da imprensa, podemos citar um acontecimento interessante mencionado por Moraes (1994 apud Amaral, 1996, p.73). Recém chegado da Europa, Chateaubriand procurou aproveitar a propaganda como novo meio de obter recursos. Contratou o publicitário Fitz Gibbon, do *New York American*, e afirmou o seguinte:

“o senhor vem para o Brasil para me ajudar a acabar com o jornalismo doutrinário contemporâneo do século passado. Com sua ajuda quero estabelecer métodos norte-americanos de vender mercadorias por intermédio da imprensa diária...”.(Chateaubriand apud Amaral 1996, p. 73)

A receita de jornalismo objetivo trazida pelos americanos no Primeiro Congresso Pan-Americano de Jornalismo foi sendo sedimentada aos poucos. Jobin (1954 apud Pierre, 1999) escreveu em um artigo semanal que a primeira influência sobre o jornalismo brasileiro foi francesa e que, apesar de ter sido importante, era o modelo americano que acabaria por prevalecer com o tempo. Os países europeus, caracterizados por um modelo de jornalismo que tende a ver a objetividade com desconfiança, teriam influenciado o jornalismo partidário e militante no Brasil.

“O jornalismo francês foi sempre mais um jornalismo de expressão do que um jornalismo de observação. Ele parece dar sempre preferência à crônica e ao comentário em vez da reportagem e do comentário sobre a reportagem. Tanto quanto à apresentação dos fatos, ele se interessou sempre pela exposição das idéias; tanto quanto à análise das situações, ele se afeiçoou à crítica das intenções” (ALBERT, 1979, apud PIERRE, 1999, p.15)

A predominância da influência do modelo americano sobre o modelo europeu teria ocorrido, de acordo com Goulart (2001), devido à força que o imperialismo cultural dos Estados Unidos passou a exercer sobre o Brasil.

Amaral (1996) diz que a idéia do lead e do *copydesk* foi implantado primeiramente no *Diário Carioca* por Pompeu de Souza e Luís Paulistano, no fim dos anos 40. Logo em seguida, adotaram a mesma receita os jornais “Tribuna da Imprensa”, “Última Hora” e “Jornal do Brasil”. Rui Castro (1992) afirma que “ninguém mais podia ser literato na redação, a não ser em textos assinados, e olhe lá”.

Amaral (1996) coloca que o *copydesk* era o “homem eleito para acabar com a literatice”. Tinha como função reescrever as matérias dos repórteres ou *press releases* para dar a elas um ar “mais jornalístico”. Nelson Rodrigues apelidou os *copydesks* de “idiotas da objetividade” e os acusou de “empobrecerem o texto”.

O modelo de jornalismo objetivo no Brasil passou a ser questionado nos anos sessenta e setenta, na efervescência de movimentos políticos e culturais de contestação.

“Ao lado de uma visão conspiratória da realidade, desenvolveu-se, sobretudo nos extratos mais jovens da profissão, uma visão de jornalismo como contra-poder ao complexo industrial-militar, como instrumento de defesa e proteção de cidadãos desamparados e de expressão e desenvolvimento pessoal de seus membros.” (PIERRE, 1999, p.13)

Tal crítica à objetividade pode ter tido influência da cultura jornalística do bloco soviético. A URSS, um pólo da Guerra Fria que inspirou muitos movimentos sociais, denunciava a objetividade burguesa como percepção invertida, que esconde apropriações e relações injustas de exploração na sociedade.

Mas, a despeito das objeções e críticas, o jornalismo objetivo predominou nos Estados Unidos e também no Brasil. Isso pode ser evidenciado pelas pesquisas de Mills (1983 apud Pierre, 1999, p.14) e de Hohfeldt (2001).

Mills (1983) coordenou um grupo de estudos na Universidade de Illinois. Através de pesquisas com uma amostra representativa de repórteres e editores da imprensa americana, Mills (1983) constatou que “para a maioria, não é exagero dizer, ética é sinônimo de cobertura objetiva”. Das 153 respostas obtidas, apenas duas relacionaram ética aos valores exteriores à profissão, mencionando religião e valores comunitários.

No Brasil, Hohfeldt (2001) pesquisou os principais critérios utilizados na construção do texto jornalístico. Os resultados também sinalizam o paradigma de objetividade ainda presente no jornalismo brasileiro. Do total de 21 livros pesquisados, dos quais dezesseis eram de autores brasileiros, obteve-se o seguinte quadro:

OBJETIVIDADE	12 MENÇÕES
CLAREZA	10 MENÇÕES
EXATIDÃO / PRECISÃO	9 MENÇÕES
VERACIDADE	7 MENÇÕES
SIMPLICIDADE	6 MENÇÕES
ORDEM DIRETA	5 MENÇÕES
HONESTIDADE	4 MENÇÕES
RAPIDEZ	4 MENÇÕES
NOVIDADE	4 MENÇÕES
INTERESSE	4 MENÇÕES
IMPARCIALIDADE	3 MENÇÕES
CRIATIVIDADE	3 MENÇÕES
DENSIDADE	2 MENÇÕES
IMPORTÂNCIA	2 MENÇÕES
SENSIBILIDADE	2 MENÇÕES
INDEPENDÊNCIA	2 MENÇÕES

ATUALIDADE	2 MENÇÕES
CORREÇÃO GRAMATICAL	2 MENÇÕES

Na categoria *conteúdo*, ou seja, categoria de itens mencionados que dizem respeito ao aspecto interno do texto jornalístico, foram incluídos os itens: objetividade, exatidão, veracidade, imparcialidade e criatividade. A objetividade foi o item que obteve uma pontuação imensamente superior às demais.

Hohlfeldt (2001) também analisou uma série de entrevistas com os principais profissionais do jornalismo brasileiro (Caco Barcellos, Roberto Cabrini, Cláudio Tognolli, Otávio Frias Filho, Carlos Eduardo Lins da Silva, Clóvis Rossi, Élio Gaspari, Mino Carta, Ricardo Kotscho, Maurício Loureiro Gama, Ruy Castro, Hélio Fernandes e Joel Silveira) e chegou à seguinte conclusão acerca dos elementos destacados por eles:

VERACIDADE	4 MENÇÕES
OBJETIVIDADE	4 MENÇÕES
INDEPENDÊNCIA	4 MENÇÕES
ÉTICA	3 MENÇÕES
EMPATIA	3 MENÇÕES
NOVIDADE	3 MENÇÕES
CRIATIVIDADE	3 MENÇÕES

No que toca às pesquisas feitas por ele nos Manuais de Redação¹, obteve-se o seguinte quadro:

PRECISÃO / EXATIDÃO	8 MENÇÕES
OBJETIVIDADE	6 MENÇÕES
CLAREZA	5 MENÇÕES
IMPARCIALIDADE / ISENÇÃO	4 MENÇÕES
CONCISÃO	4 MENÇÕES
SIMPLICIDADE	3 MENÇÕES
ORDEM DIRETA	2 MENÇÕES

Combinando os dois quadros, obteve-se a seguinte simplificação:

OBJETIVIDADE	14 MENÇÕES
PRECISÃO / EXATIDÃO	10 MENÇÕES
CLAREZA	6 MENÇÕES
IMPARCIALIDADE / ISENÇÃO	4 MENÇÕES
VERACIDADE	4 MENÇÕES
CONCISÃO	4 MENÇÕES
NOVIDADE	3 MENÇÕES
CRIATIVIDADE	3 MENÇÕES
SIMPLICIDADE	3 MENÇÕES
ORDEM DIRETA	2 MENÇÕES

A partir dessa pesquisa, Hohlfeldt (2001) conclui que, no mundo jornalístico, a prioridade é dada para a relação de conteúdo entre o acontecimento e a notícia. Diz ainda que a objetividade jornalística, apesar de ser questionada, é uma espécie de mito no jornalismo.

¹ Novo Manual de Redação – Folha de São Paulo; Manual de Estilo – Editora Abril; Manual de Redação e Estilo – Estado de São Paulo.

Pierre (1999) registra que, nos anos setenta e oitenta, a maioria dos principais jornais brasileiros padronizaram definitivamente seu estilo de jornalismo objetivo na edição de seus manuais. O manual da Folha de São Paulo, por exemplo, diz “não existe jornalismo objetivo (...) isso não o exime de ser o mais objetivo possível”. E define notícia como:

“Puro registro dos fatos, sem opinião. A exatidão é o elemento chave da notícia. Mas vários fatos descritos com exatidão podem ser justapostos de maneira tendenciosa. Suprimir ou inserir uma informação no texto pode alterar o significado da notícia” (MANUAL DA FOLHA, P. 38)

Já o Estado de São Paulo diz mais diretamente: “Faça textos imparciais e objetivos”.

Bahia (1990) enumera, dentre as responsabilidades do jornalismo, a veracidade e a objetividade:

“Em jornalismo uma informação objetiva é uma informação fiel ao que relata, precisa no que diz. Em sentido mais amplo, “objetividade” significa apurar corretamente, ser fidedigno (...) O fato de ser a objetividade um alvo inalcançável não quer dizer que os jornalistas não devem tentar atingi-lo” (BAHIA, 1990, p. 35)

Bahia (1990) considera que a “formação cultural” do jornalista, a “interpretação” e a “arrogância” dos jornalistas são fatores que concorrem para que a objetividade não se realize.

Sodré e Ferrari (1986) consideram importante diferenciar literatura e jornalismo: “na primeira predomina o imaginário, no segundo, deve-se impor a realidade (histórica, atual) dos fatos narrados”. E ainda:

“uma narrativa jornalística está separada da literatura por seu compromisso com a objetividade informativa (...) Qualquer que seja o tipo de reportagem (interpretativa, especial, etc.) impõe-se ao redator o ‘estilo direto puro’, isto é, a narração sem comentários, sem subjetivações” (SODRÉ E FERRARI, 1986, p.41)

1.3 - Repensando o objetivismo e a crítica ao objetivismo

De acordo com Kunczik (2002), a discussão acerca da possibilidade de descrever a realidade de maneira objetiva é muito antiga. Kunczik (2002) lembra um texto de Tucídides sobre a Guerra do Peloponeso:

“Não me permiti anotar o que realmente aconteceu na guerra com base no primeiro ou no melhor informante, nem ‘segundo a minha opinião’, mas fiz, com toda a minudência a maior precisão, um relato de experiências pessoais e notícias de terceiros. Essa investigação foi difícil porque os depoimentos sobre os diversos fatos não foram todos descritos do mesmo modo, mas esmiuçados segundo seus pontos de vista ou da maneira como os lembraram” (TUCÍDIDES apud KUNCKIK, 2002. p. ?)

Aqui Tucídides reconhece que um mesmo fato pode ser lembrado e descrito de diversas maneiras, o que nos leva a um problema ainda em discussão no pensamento ocidental acerca da relação entre linguagem e realidade.

Podemos iniciar a reflexão sobre o termo *objetividade* pelo seguinte comentário:

“Não existe um jornalismo objetivo. Existem vários. Quando um jornalista entra para um jornal, sabe que aquele jornal tem uma determinada linha (...) A eventual coincidência de pontos de vista entre o jornal e o jornalista é limitada no tempo e no espaço” (ABRAMO apud AMARAL, 1996. p.?).

Abramo (1966 apud Amaral, 1996) aconselha ao jornalista que pergunte à empresa que vai trabalhar o que é *ser objetivo* pois, de acordo com ele, *ser objetivo* na prática é seguir a linha de pensamento do jornal.

“Mesmo entre os jornalistas, o que é objetivo para um pode não ser para outro, dependendo da análise que cada um faz da sociedade em que se vive. No jornal, a notícia tem aquela objetividade que foi optada pela empresa e cooptada pelo jornalista” (ABRAMO apud AMARAL, 1996, p. ?).

Para o crítico americano Bagdikian (1992 apud Amaral, 1996), o jornalismo possui uma natureza essencialmente subjetiva, já que cada passo do processo jornalístico envolve uma decisão baseada em valor. Ele cita, por exemplo, as decisões de escolha de matérias a serem cobertas, escolha de enfoques, escolha de lead e escolha da matéria de destaque no jornal.

“Nenhuma dessas decisões é realmente objetiva, mas as técnicas disciplinares da objetividade têm a falsa aura de uma ciência e isso deu a quase um século de jornalismo americano uma ilusão de inatacável correção. (...) A objetividade deu ênfase demasiada às vozes oficiais e esqueceu áreas de grande relevância que as autoridades preferem não tocar. Acentuou forças sociais como concursos de retórica de personalidades. Aprofundou a brecha que é uma constante ameaça à democracia: a diferença entre as realidades do poder privado e as ilusões da imaginação pública”. (BAGDIKAN, 1992, apud AMARAL, 1996, p. 60).

Já para o jornalista americano Lippmann (1965 *apud* Amaral, 1996. p.60) os jornalistas devem buscar o ideal de objetividade como ponto essencial. Além disso, devem exigir a profissionalização para aumentar a dignidade da profissão.

O que é preciso considerar diante das críticas feitas ao objetivismo é que elas não chegaram a abalar realmente esse paradigma. Isso porque a adoção do conceito de objetividade foi para o jornalismo não apenas um simples acréscimo de qualidade na profissão, mas, antes de tudo, uma condição para a legitimação do jornalismo, um aspecto necessário na conceituação do jornalismo em si.

Além de servir à legitimação da profissão, a objetividade deu aos jornais uma credibilidade necessária para a comercialização de notícias em uma sociedade onde o conhecimento empírico era um valor inabalável. Como vimos na história do jornalismo, a luta pela liberdade, por exemplo, foi um momento de construção da identidade dos profissionais do jornalismo e da legitimidade da profissão. Essa identidade e legitimidade se apoiaram na idéia de necessidade de um instrumento comprometido com *a verdade* de maneira *imparcial* para que a sociedade pudesse ter acesso ao que *realmente aconteceu*. Assim a liberdade se fazia necessária para o acesso à verdade dos fatos. Como afirmou Silgeman (1973) “A objetividade é um mito institucional que estabelece e justifica a missão do jornalista na sociedade”.

O conceito de objetividade foi, para Goulart (2001), essencial na construção da auto-imagem do jornalista. O jornalismo tornou-se uma profissão com identidade própria. Foram criadas escolas de jornalismo, a profissão foi regulamentada juridicamente, construiu sindicatos e foi economicamente valorizada. Defender a objetividade era lutar pelo profissionalismo. O ideal de objetividade serviu para a estratégia de legitimação e autonomização do jornalismo no Brasil, tornando-o mais respeitável e confiável.

De acordo com Traquina (2004), a legitimidade jornalística ocorre dentro do processo de conquista da democracia. Foi nas filosofias liberais do século XVII e XVIII, e sobretudo nas teorias democráticas do século XIX, que a imprensa encontrou argumentos para combater a visão de que os jornais estavam ligados à propaganda política e de que os jornalistas eram demagogos, fanáticos ou escritores de terceira categoria. Na teoria democrática, construiu-se fortemente a idéia de que a opinião pública deve funcionar como instrumento de controle social, constituindo-se em um tribunal de sabedoria e justiça. Nesse contexto, a imprensa passou a ter um papel essencial de elo entre a opinião pública e as instituições governantes. Traquina (2004) afirma que foi com a legitimidade da teoria democrática que os

jornalistas puderam salientar um duplo papel. Primeiro: vigiar o poder político e proteger os cidadãos do abuso dos governantes; segundo: fornecer aos cidadãos informações necessárias para o desempenho de suas responsabilidades cívicas.

O novo jornalismo, o jornalismo que conhecemos hoje, foi influenciado não só pela teoria democrática, mas também pela crescente comercialização da imprensa. O jornalismo tornou-se um produto que passou a ser vendido com o objetivo de obter grandes lucros e daí se desenvolveu uma ideologia de que os jornais serviam aos leitores e não aos políticos. Essa ideologia de que os jornais traziam informações úteis aos cidadãos delineou a associação do jornal como fornecedor de *fatos* e não de *opiniões* . A chamada *penny press* efetuou a mudança do jornalismo de opinião para um jornalismo de informação com a dinamização da idéia de jornalismo que privilegia informação e não propaganda. Essa distinção pressupôs um novo conceito de notícia onde fatos e opiniões estão separados.

Esse novo jornalismo surgiu em um contexto intelectual e social em que o positivismo reinava. Como afirmou Gitlin (1979 apud Traquina 2004) “o positivismo era um vasto movimento intelectual em direção à distanciação científica e à separação cultural dos fatos de valor”. Todo o esforço intelectual da ciência, filosofia e outras disciplinas no século XIX se voltou para a ambição de obter um espelho da realidade. A máquina fotográfica foi o novo invento que parecia funcionar como um espelho: sua autoridade de reprodutibilidade da realidade parecia incontestável. Um escritor da época, citado em Schiller (1979, p.49), argumentou que *a verdade* da fotografia “eleva-se alto, acima de toda linguagem, pintura ou poesia. É a primeira linguagem universal, dirigindo-se a todos os que têm imaginação”. Mesmo no século XX, Bazin, em “Ontologia da imagem fotográfica”, afirma:

“A originalidade da fotografia em relação à pintura reside, pois, na sua objetividade essencial. Pela primeira vez, entre o objeto inicial e a sua representação nada se interpõe, a não ser um outro objeto. Pela primeira vez, uma imagem do mundo exterior se forma, automaticamente, sem a intervenção criadora do homem, segundo um rigoroso determinismo. Todas as artes se fundam sobre a presença do homem; unicamente na fotografia é que fruimos da sua ausência”. (BAZIN, 1976, p. 58)

O realismo fotográfico tornou-se um farol orientador do jornalismo. Um texto escrito em 1855, citado por Traquina (2004), afirma:

“Porque um repórter deve ser uma mera máquina que repete, apesar de uma orientação editorial. Ele não deve conhecer nenhum dono, mas só o seu dever, e esse dever é o de fornecer a verdade exata. A sua profissão é

superior, e nenhum amor por lugar ou popularidade deve desviá-lo de fornecer a verdade na sua integridade. A política do jornal tem sido de repórter *ipsi verbis*.” (apud TRAQUINA, 2004, p.52).

Na era do positivismo, o jornalismo vive um culto aos fatos e o repórter passa a ocupar um lugar mítico. Nesse novo mundo dos fatos, o repórter, nova figura do jornalismo, faz o supremo esforço de selecionar e montar os fatos numa tentativa de transformar o jornalismo numa máquina fotográfica da realidade. “Na ideologia profissional esse espelho da realidade deu ao repórter uma categoria comparável à de um cientista que caça habilmente os fatos.” (TRAQUINA, 2004, p.105). As palavras-chave *observar* e *lente* exprimem bem o sentimento de que as notícias deveriam ser fotograficamente fiéis à vida real.

1.4 - A confusão na análise da validade da linguagem objetiva

O discurso legitimador do jornalismo livre, o estabelecimento legal da liberdade de imprensa, calcou-se na justificativa de que a veiculação de relatos sobre os fatos funcionaria como um canal para que a sociedade tivesse acesso à *pura verdade* dos fatos. A própria conceituação de jornal se estabeleceu num jogo de linguagem que relacionou *veiculação de notícias* à *acesso a relatos verdadeiros sobre o mundo*. A busca e desenvolvimento de uma linguagem que desse conta desse *relato verdadeiro* foi necessária para a afirmação do jornalismo na sociedade, desde o seu surgimento até os dias de hoje. Mas quais são as características específicas deste *modo de se comunicar* do jornalismo que o permite se garantir como *objetivo* em sua linguagem?

No Brasil, os manuais de redação dos jornais impressos mais lidos, assim como grande parte dos livros utilizados didaticamente nas faculdades de jornalismo brasileiras, situa a objetividade na própria conceituação de linguagem jornalística. Na busca de compreender como a objetividade é citada como parte do conceito de jornalismo é que percorremos os manuais e os livros didáticos de jornalismo.

A pesquisa realizada por Hohlfeldt (2001) nos permite perceber que, nas indicações acerca de linguagem jornalística, podemos encontrar duas categorias: uma acerca da forma e outra acerca do conteúdo. Sob a forma, podemos incluir as indicações sobre diferenças estruturais dos textos jornalísticos, como as definições

de notícia, artigo, entrevista e reportagem e suas respectivas distinções na maneira como o texto deve estar disposto, o projeto gráfico, o uso (ou não uso) do título, subtítulo, lead, variações do lead, linhas e colunas. Na categoria *conteúdo*, pode-se incluir todos os norteamentos que são dados acerca de distinções entre textos opinativos e textos não opinativos e suas respectivas indicações de uso (ou não uso) de objetividade, exatidão, veracidade, imparcialidade, clareza e concisão.

Os manuais de redação explicam significados de palavras, datas, acontecimentos, orientam sobre usos de números, maiúsculas, como tratar nomes próprios, técnicas de redação. Dizem quais são os textos oportunos para fazer uso de adjetivos, neologismos e gírias, condenam os vícios e jargões da língua.

“Como representação objetiva da realidade, o estilo do jornalismo se aproxima mais de uma literatura não ficcionista do que da literatura de conceito clássico que reduzia seu âmbito a poucos gêneros da ficção. Não é a supra-realidade que interessa ao jornalismo, mas a realidade verificável. Portanto, o que compõe a linguagem do jornalismo é o precisável, o avaliável, o nítido, o referenciável, o direto sobre o figurado, a ênfase do fato sobre a da metáfora e da repetição” (BAHIA, 1990).

Bahia (1990) descreve como técnicas podem auxiliar uma linguagem precisa citando a fórmula de Rudolf Flesch, o qual diz que, quanto maior a porcentagem de palavras conotativas (estudante, futebol, índio, bomba, paz, guerra), maior a compreensão do texto. Fórmulas semelhantes à de Flesch serviram para criar níveis de legibilidade padronizados que influenciaram fortemente diversas pesquisas nos Estados Unidos e na Europa acerca do estilo e técnicas no jornalismo. Na fórmula de Dall-Chall, quanto maior a porcentagem de palavras familiares no texto, maior é a sua compreensão. Essas técnicas que o jornalismo brasileiro importou dos Estados Unidos funcionam como ferramentas para trabalhar a informação de maneira que esta *espelhe* a realidade.

Lichtenberg (1991) é citada por Amaral (1996) como uma firme defensora da objetividade no jornalismo. Ela critica os indivíduos que acham a cobertura da mídia tendenciosa ou sensacional e argumenta que a acusação de tendenciosidade sugere que a objetividade é possível. “Lichtenberg frisa que se alguém se queixa de tendenciosidade é porque admite a existência de um oposto” (Amaral, 1996, p.60).

Os argumentos de Lichtenberg (1991) são:

“ ‘Uma queixa sincera de que a matéria não é objetiva só tem sentido com a admissão anterior de que a objetividade é possível (por que se queixar do inevitável?)’

‘A insistência de que o jornalismo não pode ser objetivo torna supérfluo o ponto de vista de que a objetividade é indesejável (por que perder tempo em denunciar o inevitável?)’

‘afirmação de que a objetividade não é desejável torna sem sentido a queixa de que o jornalismo não é objetivo (qual é a queixa?)’ “ (Lichtenberg, 1991 apud AMARAL, 1996, p. 60)

Os argumentos de Lichtenberg (1991) são muito bem embasados e vão direto ao ponto de confusão teórica que a maioria dos críticos a objetividade fazem.

Muitos autores (tais como LIPPMAN (1965) LAGE (2001), e BAHIA (1990)) questionam a possibilidade de objetividade, ao mesmo tempo em que ainda falam sobre linguagem jornalística no mesmo jogo de linguagem que considera segregações entre textos opinativos e não opinativos, e que considera as normas de redação importadas (os *stylesbooks*). A contradição, portanto, permanece. E a repetição do conceito de jornalismo ideal como aquele que retrata fielmente a realidade ainda se reproduz como um símbolo da profissão.

A complexidade e a confusão acerca do tema da objetividade e da busca por um relato fiel estão na ação de reconhecimento da impossibilidade de retratar a realidade tal como ela é, concomitante com a ação de caracterização da linguagem jornalística através da idéia de objetividade e das técnicas que deveriam permitir atingir essa objetividade. Assim, a crítica à objetividade é feita baseada na tendenciosidade existente na mídia. Mas o problema não é a tendenciosidade (já que uma não-tendenciosidade não é possível se a objetividade não é possível), e sim a manutenção de um discurso de jornalismo objetivo. A queixa deve-se não ao fato do jornalismo não ser objetivo (isso é esperado considerando que não existe objetividade) e sim ao fato do jornalismo dizer-se objetivo, o que configura uma posição anti-ética.

Mas tanto aqueles que defendem a possibilidade de objetividade quanto aqueles que defendem apenas a busca pela objetividade, percorrem o mesmo caminho: o de distinguir o que é realidade e o que é dito sobre essa realidade. Como se existisse um fato real e puro separado do mundo das palavras. A idéia então é encontrar maneiras puras de relatar o fato real e puro. Para alguns estudiosos, é possível encontrar um relato puro e neutro da realidade, e para outros só é possível fazer relatos que se aproximem da neutralidade.

“No fundo da ética jornalística dorme um problema do tamanho do mundo. A verdade dos fatos existe? Existe um relato puro e isento? A objetividade perfeita é possível? Não, não e não. A verdade dos fatos é sempre uma versão dos fatos (...) Se não pode oferecer “a verdade”, o que a imprensa

pode então proporcionar? Ela pode oferecer confiabilidade (...) Aquilo que conta, deve merecer crédito de verdade aproximada.” (BUCCI, 2000, p. 45)

Bucci (2000) questiona a existência de um relato que possa ser considerado *a verdade*. No entanto, propõe uma ética baseada na confiabilidade, ou seja, já que a *verdade* não é alcançável, o importante é que a notícia *pareça* estar retratando da maneira mais fidedigna possível a realidade. Nesse sentido, o problema de Bucci (2000) é resolvido através da manutenção da idéia de jornalismo imparcial na mentalidade dos leitores, mesmo que não exista jornalismo imparcial e mesmo que os jornalistas saibam disso. Lage (2001) faz uma proposta parecida quando afirma:

“não basta ser verdadeiro. É preciso parecer. Daí a aversão a referências imprecisas: não se escreve ‘alguns manifestantes’ mas, sempre que possível, 10, 12 ou 15 manifestantes” (LAJE, 2001, p.?)

Essa *solução* proposta por alguns estudiosos da comunicação são também é a mesma que empresas de jornais impressos apresentam em seus manuais.

Capítulo 2 - A concepção tradicionalista de objetividade

2.1 - A filosofia por trás da objetividade jornalística

Tanto nos livros utilizados pelos professores das faculdades de comunicação quanto nos manuais de redação dos grandes jornais brasileiros persiste a defesa da objetividade como sendo a principal característica de uma linguagem jornalística ideal. Dentre as descrições da estrutura e especificidade da linguagem jornalística, podemos encontrar certas divisões tais como jornalismo opinativo, jornalismo investigativo e jornalismo informativo. O jornalismo informativo é o gênero supostamente *não-contaminado* pela opinião, pela valoração e pela ideologia. É defendido como o jornalismo imparcial e isento, cuja linguagem que se interpõe entre os fatos e o leitor deve retratar fielmente a realidade. Sob a égide de uma idealizada objetividade, o jornalismo brasileiro buscou legitimação e credibilidade. A objetividade jornalística é defendida para o alcance da precisão, exatidão, clareza e equilíbrio, para que se evite o erro, a inverdade, a fraude e a manipulação.

A relação entre linguagem e uma exterioridade tem sido pensada como uma relação espelho-realidade dentro de várias disciplinas que se propuseram a discutir a seguinte questão acerca da referência bem aferida por Possenti (2003 apud Cardoso 2003): “quando falamos, falamos de alguma coisa que está fora do discurso (falamos de alguma coisa que não é mero efeito dele)?”

Possenti (2003 apud Cardoso 2003) explica que pode parecer óbvio estarmos falando de algo que está fora do discurso em exemplos clássicos como “a grama é verde”. No entanto essa idéia de uma realidade independente pode ser mais duvidosa se falarmos de *honestidade*, por exemplo. Cardoso (2003) afirma que “o referente do discurso não é a realidade, mas aquilo que o discurso institui como realidade”. O que Cardoso explica é que a linguagem nunca reflete, mas apenas significa: “aquilo que chamamos de realidade é um construto de nossos discursos”. Neste sentido, a dificuldade em se encontrar respostas a questão do parágrafo anterior ocorre pelo fato de que o referente é, ele próprio, constituído pela palavra que fala dele.

A questão da objetividade passa pela discussão diante dessa questão da referência. A realidade é aquilo que o discurso institui como tal ou existe uma realidade em si que pode ser *acessada* pelo discurso?

Nas disciplinas que possuem a questão da referência como tema, tais como filosofia, lingüística e lógica, podemos constatar que, em muitas das respostas, há uma tentativa de se produzir verdades a respeito das coisas. Será isso um sinal de que as utopias da ciência clássica permanecem ainda nas concepções contemporâneas? Será possível solucionar o problema da referência sem assumir a existência de uma exterioridade separada do discurso? Faz sentido se falar da possibilidade de existência de notícia objetiva?

O que o jornalismo moderno chamou de linguagem objetiva pode ser definido como uma linguagem que tem referência com os fatos objetivos e não com os fatos subjetivos. Assim, as notícias devem ser construídas com uma linguagem objetiva que narre os fatos, não de acordo com crenças e opiniões, mas de acordo com aquilo que é real, que ocorreu objetivamente de uma forma, independente das pessoas estarem conscientes dessa forma, independente de aceitarem ou não a ocorrência. Aí a questão da objetividade colocada como quesito necessário para a credibilidade de um jornal: a objetividade é a garantia da descrição verdadeira dos fatos.

Partindo daí, devemos pensar na seguinte questão: é possível o ser humano descrever as coisas como elas realmente são, independentemente da relação que temos com elas? Existe algo como *objetividade* que seja como um caminho para a verdade e a realidade?

Para o filósofo Kant (apud Magee 2000), o conhecimento objetivo é aquele que adquirimos com base nos dados da sensibilidade, por meio de nosso aparelho corporal (nossos cinco sentidos, cérebro e sistema nervoso central). Kant conclui que existem limitações para aquilo que podemos conhecer. Ele considera que existe uma realidade total, que é a soma de tudo aquilo que existe. Nós, humanos, só podemos conhecer o tanto de realidade que nosso aparelho corporal é capaz de apreender. Magee (2000) explica sobre Kant:

“De um lado está o que existe, independente de nós e de nossa capacidade de experiência, e do outro está o que temos meios de experimentar (...) De um lado temos o mundo das coisas tal como nos parecem – o que Kant chama de mundo dos fenômenos. (...) Do outro lado está o mundo das coisas tal como são em si mesmas”. (MAGEE, 2000, p.134)

Baseando em Kant, poderíamos dizer que *por isso não é possível para o jornalista ser objetivo: não é possível ao ser humano saber das coisas tal como são em si mesmas*. E é algo parecido com isso que muitos críticos da objetividade acabam afirmando: não é possível *alcançar* a objetividade, por isso devemos desistir dela. A mesma lógica teórica, no entanto, também é usada por aqueles que defendem a objetividade: *não é porque a objetividade não é possível que devemos desistir de buscá-la*. Ambos posicionamentos parecem concordar que a objetividade não existe. Mas ocorre que aqueles que defendem a objetividade no fundo consideram a existência desta, claro. Pois é absurdo o estímulo à busca por algo que não existe.

No fundo desses argumentos repetidos por muitos jornalistas, pode-se concluir, existe um mesmo fundamento teórico: além daquilo que podemos entender, existe uma realidade em si, uma realidade que independe de nossos conceitos, uma verdade sobre as coisas como elas são em si mesmas.

A tradição objetivista do jornalismo está de alguma forma ligada à tradição filosófica que se construiu em torno da idéia de que existe um mundo que independe de nossas práticas conceituais, que não é construído por nossas práticas inferenciais, pois trata-se do mundo *real*. Aqueles que defendem o objetivismo se dividem em duas linhas teóricas: uns se baseiam na idéia de que existe um mundo real e de que nosso pensamento reflete a realidade do mundo; outros se baseiam na idéia kantiana de que existe o mundo real, das *coisas em si* e que nosso pensamento pode se *aproximar* bastante desse mundo, mesmo que não possa conhecê-lo completamente. O que é comum entre todos aqueles que defendem o objetivismo é: existe um mundo objetivo e puro (porque não influenciado por nossos valores pessoais).

Mas, o que ocorre entre a maioria dos jornalistas é: *sejamos objetivos, façamos um balanço objetivo*. Isso porque o jornalista assume que sua produção de discurso possui referência nos fatos, mesmo porque os relatos jornalísticos são determinados e legitimados pelo desejo social de obter um relato verdadeiro sobre os acontecimentos do mundo. A validade objetiva foi construída pelas instituições de jornalismo como balizadora da legitimação do discurso jornalístico e calcada na relação causal entre discurso e realidade. É nessa relação que se localizaria a *verdade* do relato: existe um mundo a ser conhecido, existe uma realidade *dada* e independente dos discursos. Cabe à instituição jornalística a posse do discurso que mais se adequa à realidade. O grau de verdade está, nesse sentido, ligado ao grau

de adequação e determina a própria caracterização do modo de dizer jornalístico. Por ser a objetividade jornalística, pensada como prática de adequação à realidade dada, parte integrante da própria definição de linguagem jornalística e principal argumento legitimador do discurso produzido pelas instituições de jornalismo, poderíamos, numa prática ontológica, afirmar que só existe jornalismo enquanto existir essa objetividade por adequação. No entanto, isso seria o mesmo que dizer que o objetivismo tradicional faz parte da essência do jornalismo e este trabalho caminha justamente para a defesa da concepção oposta, à de que existe uma realidade separada de nossas construções conceituais.

Pensar na não-distinção entre linguagem e realidade e, conseqüentemente, questionar a localização da objetividade, não indica um caminho para a perspectiva de que o jornalista possa construir o objeto da maneira que bem entender. Será feita aqui uma tentativa de responder como o jornalista pode escrever uma notícia ética que não tenha a objetividade tradicionalista e a verdade por adequação como princípios.

A objetividade serviu de instrumento legitimador do jornalismo no contexto social de valorização da concepção tradicionalista de distinção entre linguagem e realidade. Nesse contexto, os pensamentos com a propriedade de serem objetivos foram freqüentemente ditos como melhores enquanto que *em contato com o mundo* ou *capazes de refletirem o mundo*. Este anseio de poder afirmar como melhores os pensamentos objetivos moveu a filosofia tradicional durante o esforço de encontrar um sentido no nosso contato com o mundo. A história da filosofia está cheia de tentativas de determinar a existência de algo que existe de maneira pura, independente de nossas inferências.

2.2 - O legado cartesiano, a resposta de Kant e o questionamento de Hegel

Compreender o esforço pela inteligibilidade da objetividade acaba esbarrando na questão acerca do que existe. É uma posição acerca do que existe no mundo que se encarrega sempre de limitar a concepção do modo como podemos fazer contato com ele.

Depois do filósofo Descartes (1980) ter dividido o mundo entre substâncias mentais e substâncias materiais, e ter concebido Deus como a única maneira de acesso do mental ao material, a filosofia passou muito tempo buscando uma resposta alternativa a Deus. A cisão cartesiana do mundo foi um divisor de

águas para a filosofia: o modo de pensar ocidental permaneceu muito tempo no modo de pensar cartesiano, concebendo a relação mente / pensamento / linguagem separada da relação matéria / mundo / realidade

“Descartes via os seres humanos como sujeitos sensíveis cujo mundo, à parte eles mesmos, consiste de objetos materiais que eles observam. Essa bifurcação sujeito e objeto (...) tornou-se parte intrínseca do modo de pensar o mundo. Só no século XX é que a discordância se ampliou – e mesmo assim ela não foi de modo algum universal” (MAGEE, 2000, p. 88).

A concepção tradicionalista da filosofia pensou na objetividade através da idéia de receptividade pura, a mente (separada da matéria) como capaz de apreender uma matriz neutra e universal do mundo. E parece ser essa a concepção do objetivismo no jornalismo: um objetivismo cartesiano e típico do modo de pensar da filosofia tradicional.

A filosofia clássica se colocou como conhecedora das essências metafísicas após ela própria ter definido a existência dessas essências. Mesmo quando Kant (1993) lançou crítica à idéia da mente como um espelho, atribuindo que as intuições prescindem de conceitos (que nosso conhecimento passa por nossas categorias de entendimento), acabou por manter a distinção cartesiana, já que manteve latente a possibilidade de uma realidade em si (que nossa mente não é capaz de alcançar) que poderia chegar espontaneamente (puramente), por algum tipo de intuição pura a algum intelecto especial (que não estaria presente, é claro, em nenhum ser humano).

Ao considerar que em nós a receptividade sempre ocorre nos moldes de nossas formas de percepção, categorias e conceitos, Kant (1993) não aniquilou a idéia de que pode existir alguma coisa pura a qual só um intelecto *não contaminado* por conceitos é capaz de conhecer. Esse intelecto, em que as intuições não prescindem de conceitos, também estaria fora de nossa *mente*. Nosso intelecto é incapaz de ter uma receptividade suficientemente purificada mas, ainda assim, existe para Kant (1993) a possibilidade de intuição separada de conceitos em algum lugar. Permanece ainda a distinção que sustenta a objetividade e que retoma o problema da referência, o qual já citamos no início deste capítulo².

Um filósofo que parece caminhar para uma proposta mais crítica à filosofia tradicionalista é Hegel (1992), quando aponta que entre intuições e

² Se o referente é, ele próprio, constituído pela palavra que fala dele, como então conceber uma exterioridade separada da linguagem?

conceitos existe uma relação intrínseca. Bensusan (2002) mostra que Hegel (1992) percebeu que Kant (1993) confina as categorias, das quais nossa receptividade faz uso, à mente subjetiva:

“Hegel pensa que o problema com Kant foi não ter entendido que a conexão entre intuições e conceitos era uma conexão intrínseca e portanto necessária – ‘Kant via a junção entre intuições e conceitos, em nós, como sendo “apenas externa, superficial, tal como um pedaço de madeira e uma perna podem estar conectadas por uma corda” (Hegel, 1990). Hegel (1990) tenta pensar a receptividade como sendo intrínseca e necessariamente conectada com conceitos” (BENSUSAN, 2002, p.6)

Kant (1993), ao considerar latente a possibilidade da existência de algo puro, permanece mantendo o lócus da objetividade fora de nossas intuições. Nosso olhar espontâneo seria como um telescópio que distorce o que vemos. A idéia de distorção, nesse caso, enuncia também a aceitação da existência de um real puro, não distorcido, que sustenta a objetividade tradicionalista. É essa existência de um objeto separado do conceito que Hegel vai considerar impossível ao dizer, acerca da idéia de distorção de Kant (1993):

“parece possível remediar esse inconveniente pelo conhecimento do modo de atuação do instrumento, o que permitiria descontar no resultado a contribuição do instrumento para a representação do absoluto que por meio dele fazemos; obtendo assim o verdadeiro em sua pureza. Só que esta correção nos levaria, de fato, aonde antes estávamos. Ao retirar novamente, de uma coisa elaborada, o que o instrumento operou nela, então essa coisa (...) fica para nós exatamente como era antes desse esforço, que, portanto, foi inútil.” (Hegel, 1992 pág. 73)

Para Hegel (1992), os conceitos constituem o próprio objeto, não existe nenhuma forma de constituir objetos fora dos conceitos. Não existe, portanto, qualquer possibilidade de receptividade pura, pois não existe objeto puro.

A imagem de que existe alguma coisa esperando para ser revelada e de que existe um modo de evitar qualquer inferência de nossas práticas conceituais nessa revelação é, de acordo com o filósofo Rorty (1988), típica da filosofia tradicionalista. Essa filosofia seguiu numa pretensão essencialista da mente humana como capaz de captar universais. Desde a distinção ontológica cartesiana entre sujeito e objeto (mente / corpo), a filosofia buscou se fundamentar como teoria do conhecimento em busca de maneiras privilegiadas de representar o mundo. A filosofia moderna calçou a ontologia (*o que existe?*) na epistemologia (*o que posso conhecer?*) e, de acordo com Rorty (1988), seguiu a tentativa de dizer qual a maneira privilegiada de conhecer o mundo. Por meio desse vocabulário em torno da

teoria do conhecimento é que falamos na existência de um só método e uma só visão privilegiada para falar sobre o mundo. Essa tentativa é, de acordo com Rorty (1988), uma pretensão de encontrar uma teoria a-histórica, ou seja, que possa se afirmar universal e independente do contexto histórico em que foi produzida.

Rorty (1988) afirma que os filósofos analíticos acabaram repetindo essa busca por maneiras privilegiadas de falar pois, mesmo que pensassem que faziam algo diferente da filosofia tradicional, ainda seguiam um denominador comum ao falar em *linguagem ideal* e *linguagem ordinária*. A filosofia analítica começou mais exatamente com o domínio de Wittgenstein e Russel na filosofia inglesa da década de trinta e anunciou basicamente a lógica como essência da filosofia. Juntos, Wittgenstein e Russel elaboraram concepções acerca de *atomismo lógico*. Trata-se da idéia de que a linguagem ordinária não permitia o acesso ao verdadeiro conteúdo lógico das proposições complexas. Somente mediante a redução analítica do proposto, através de uma linguagem ideal (forma lógica) é que se pode chegar às proposições elementares, as quais representam objetos do mundo *como ele realmente é*. Daí Rorty dizer que a filosofia analítica foi uma nova tentativa (a qual ignorou a filosofia historicista de Hegel) de busca de representações privilegiadas de uma realidade pura.

O modo dos jornalistas de pensar a objetividade descende do modo tradicional da filosofia de pensar a objetividade, já que entende a verdade como uma forma de correspondência entre fatos e relatos. A concepção de verdade como correspondência é a principal motivação em nosso modo tradicional de pensar a objetividade, pois oferece alguma resposta à confrontação entre o que pensamos e os fatos. A teoria da verdade como identidade, de que um pensamento é verdadeiro se ele é idêntico a um fato, é também uma teoria da verdade como adequação, de que um pensamento precisa estar adequado a um fato para ele ser verdadeiro. Essas teorias nos mantêm na distinção linguagem / realidade: deve haver algum conteúdo, fato, que ainda não foi pensado, relatado, esperando para ser pensado ou relatado.

Pensar na objetividade em termos de conteúdos externos esperando para serem alcançados por nós é pensar que a objetividade é alcançável em alguma parte, mesmo que nós nunca possamos obtê-la. Essa parece ser a concepção de objetividade repetida no meio jornalístico e consiste em ter uma imagem da objetividade localizada além da cortina costurada pelo que nós acessamos.

Se aceitarmos, no entanto, a crítica de Hegel a esse modo de chegar à verdade e a crítica de Rorty à filosofia de caráter a-histórica, toda essa noção de objetividade que permeia o mundo jornalístico tem que ser questionada. Qualquer abandono à concepção de verdade por adequação que decorra desse questionamento nos obriga a procurar uma imagem que não apele para alguma cortina que nos impede de ver as coisas que estão atrás da cortina.

“Fica patente que por trás da assim chamada cortina, que deve cobrir o interior, nada há para ver, a não ser que nós entremos lá dentro tanto para ver como para que haja algo ali para atrás que possa ser visto.”
(HEGEL, 1961 apud BENSUSAN, 2002, p.8)

A idéia de que existe algo atrás da cortina que possa ser visto constitui o centro da concepção tradicional de objetividade tão criticado por Hegel e outros filósofos tais como Wittgenstein, Dewey, Quine, Sellars, Heidegger e outros. Esses filósofos, no entanto, ao rejeitarem que o conteúdo de nossos conceitos foi adquirido em alguma situação de receptividade pura não o fazem percorrendo a trilha de resolução da cisão cartesiana. Isso por que a distinção cartesiana, que sustenta a busca do lócus da objetividade em algum lugar atrás da cortina, deixa de ser um problema quando a filosofia deixa de ser uma atividade epistemológica pautada pela teoria do conhecimento.

Filósofos da escola analítica, tais como Wittgenstein, Quine e Sellars, não propõem uma solução ao confronto cartesiano (dado *versus* não-dado) e kantiano (necessário *versus* contingente), mas sim o substituem pela idéia de conversação. Não se trata mais de encontrar os *fundamentos do conhecimento*, ou o lócus da objetividade em representações *puramente dadas* ou *puramente conceituais*. O conhecimento deixa de ser uma atividade de representação privilegiada calcada nas distinções palavra / objeto e linguagem / realidade e passa a ser uma questão de conversação, de prática social.

Essa nova concepção da filosofia que foge da base epistemológica e busca criar uma noção distinta da filosofia tradicional desafiou a noção padrão kantiana que, mesmo após os questionamentos de Hegel (os quais apontavam para uma filosofia historicista), havia influenciado a filosofia analítica na busca de verdades apodícticas, relatos privilegiados universais e atemporais.

2.3 - Sobre uma mudança no lócus da objetividade jornalística

A noção de objetividade no pensamento moderno ocidental esteve durante muito tempo, portanto, calcado na concepção de verdade como sendo uma forma de sucesso em atingir uma adequação de nosso pensamento (e/ou linguagem) a algo fora dele. Mas a verdade não pode ser alguma coisa como adequação se realmente rejeitamos a imagem que sustenta a possibilidade de uma receptividade pura.

A objetividade, que serviu de instrumento legitimador do jornalismo no Brasil, parece estar mesmo ancorada na noção padrão ocidental que se manteve durante muito tempo no campo teórico da tradição epistemológica. Devemos tentar compreender, então, em que sentido o questionamento da distinção linguagem / realidade na filosofia contemporânea pode ser transportado para o jornalismo ou, mais precisamente, considerando que o mundo jornalístico atual se legitimou através do uso da noção padrão kantiana de conhecimento, como é possível para o jornalista pensar em uma concepção de objetividade que não tenha lócus atrás de uma cortina.

As instituições de jornalismo impresso ainda asseguram que os signos de que se serve representam coisas e fatos do dia-a-dia, e de que é através desse uso de *prática da representação* que o jornalismo se legitima. A mesma acusação feita aos filósofos que deixaram de falar em termos tradicionais de construção de relatos puros a partir de uma matriz neutra permanente, a acusação de um relativismo que tende ao infinito poderá ser feita ao jornalismo, caso um deslocamento de seu lócus tradicional de objetividade seja feito.

Que tipo de jornalismo estaríamos propondo ao dizer que não é mais possível falar em notícia que se conceitue na idéia de objetividade como uma idéia de um relato próximo de uma matriz neutra? Qual a garantia de ética o jornalismo poderia oferecer aos seus leitores senão aquela que apela para a distinção entre relatos factuais (notícia) e relatos opinativos (artigo, editorial), distinção esta que coloca o jornal como um local em que se pode encontrar relatos mais próximos do mundo real e puro?

É certo que o jornalismo deve oferecer ao leitor a garantia de contextualização com os acontecimentos sociais. Devemos encontrar algum tipo de restrição que nos permita falar em compromisso com o leitor de alguma maneira, que nos permita falar em “informação” de alguma maneira. Antes porém de

encontrar um novo lócus para legitimidade do jornalismo, já podemos começar a responder sobre a questão da ética jornalística que se pauta na imparcialidade.

Caso aceitemos um modo de pensar diferente daquele baseado na epistemologia, a qual acredita num objeto neutro atrás da cortina, a ética jornalística deverá se pautar justamente no ato de assumir a inexistência de uma objetividade num lócus externo. Sustentar que a notícia é um relato não opinativo também me parece antiético no caso da aceitação de que conceitos e objetos estão intrinsecamente ligados. Caso se adote uma posição hegeliana, a distinção entre notícia e artigo não poderá mais se pautar na não parcialidade da notícia, já que não é possível mais dizer que o substantivo é neutro e não opinativo. Mas deve continuar a haver algo como um relato sintético e contextual (apesar de opinativo) e essa poderá ser a definição mais ética de notícia, caso se opte por uma concepção diferente da tradicionalista.

Redefinir *notícia* distante do conceito tradicionalista de objetividade talvez seja mais ético do que tentar estabelecer *graus de objetividade* para as notícias, já que nunca acontecerá algo como um jornal que diga, no rodapé de cada notícia, o quanto existe de objetividade nela. E me parece que, na concepção tradicionalista de objetividade, algumas notícias podem ser consideradas *mais objetivas* que outras. Como poderíamos analisar as notícias abaixo quanto à objetividade, por exemplo?

1 - “Trabalhadores rurais **invadem** sede do Incra e do Ibama” (Folha Online , Brasil, 03/05/2005)

2 - “EUA dizem ter isolado Bagdá e **ocupam** palácios; **Iraque** resiste (Folha Online , Mundo, 07/04/2003)

3 - “Polícia busca assassinos de casal que saía de show na zona sul de SP” (Folha Online , Cotidiano, 02/05/2005)

Será que no conceito tradicionalista de objetividade essas três notícias poderiam ser consideradas objetivas? Suponho que uma certa polêmica poderia surgir acerca da predicação oferecidas aos sujeitos das palavras *invadem* e *ocupam*, o que dificultaria uma análise de sua objetividade. Uma possível opção seria dizer que a terceira notícia é mais objetiva do que as duas primeiras, já que a predicação das palavras contidas nela é de um consenso maior. Parece que nessa acepção podem existir notícias menos objetivas que outras, e o problema está mesmo na relação palavra / objeto. Em que sentido, por exemplo, seria possível dizer que a notícia número três não é imparcial e *objetiva*? Parece difícil encontrar palavras de

referência ou predicação que pudesse dar margem à algum *tendencionismo* nessa notícia.

Por isso não cabe ao jornalismo ético tentar estabelecer os limites de objetividade. Mesmo a tentativa de se fazer uma lista de palavras que comprometem a objetividade de uma notícia seria fracassada. Dificilmente poderíamos definir exatamente quais palavras se referem exclusivamente a um objeto. No caso de concordamos com essa impossibilidade, estaremos escolhendo por uma proposta de objetividade não tradicionalista e poderíamos até pensar nesse caso que, se a objetividade está em nossas práticas conceituais, a verdade também está. E, ao invés de permanecermos na tentativa de dizer como uma notícia se adequa mais à realidade ou não, podemos passar ao ato de entender que práticas conceituais estamos assumindo quando escrevemos uma notícia de determinada maneira; ou melhor dizendo, a que grupo social pertence a prática conceitual (ou o vocabulário) que estamos utilizando na construção da notícia.

Concordar que não existe uma linguagem privilegiada que possa nos fornecer um relato apoditicamente verdadeiro de uma matriz neutra permanente nos levará a dizer que a notícia número três não é objetiva. Dentro do jogo de linguagem que fala da verdade como identidade, dizer que a notícia “Polícia busca assassinos de casal que saía de show na zona sul de SP” (Folha Online ,Cotidiano, 02/05/2005) não é objetiva é absurdo. Mas caso realizemos a localização da objetividade em nossas práticas conceituais já não diremos que essa notícia é objetiva, assim como não diremos que não é objetiva. Não analisaremos mais as notícias quanto à sua objetividade, seja qual for o ponto de vista que se adote para defini-la.

Objetividade, no novo conceito que estamos propondo, poderá ser cabível somente à análise de uma cobertura completa de um determinado assunto: quanto mais diversas significações do fato o jornal puder oferecer mais próximo estará de poder ser dito como um jornal ético (e não objetivo). Um outro caminho para um jornalismo ético, dentro do campo de abandono da concepção tradicionalista de objetividade, seria o ato de seu posicionamento e esclarecimento para o leitor de que o jornal não se pretende neutro e sim assume um posicionamento diante dos acontecimentos ali colocados.

2.4 - Bakhtin: a palavra como fragmento da realidade

Um trabalho que pode nos ser útil no sentido de justificar que o jornal deve assumir um posicionamento é o de Bakhtin (1992). Em *Marxismo e Filosofia da Linguagem*, Bakhtin (1992) não concebe a linguagem como um sistema abstrato e sim como uma criação coletiva, integrante de um diálogo entre muitos *eus* e muitos *outros*. Ele não fala em referências, não reduz os significantes do signo a um reflexo da realidade, mas considera-os elementos que vivem e se modificam dentro das formas de intercâmbio social. Não existe consciência que não seja corporificação material dos significantes.

Bakhtin (1992) defende a idéia de que a enunciação é determinada não só pela situação social imediata (como os enunciadores, o tempo, o espaço da enunciação, etc.), mas também pelo meio social mais amplo. Esse meio social mais amplo consiste nas pressões sociais mais substanciais e duráveis a que estão submetidos os interlocutores ou *o conjunto das condições de vida de uma determinada comunidade lingüística*. O centro organizador de toda enunciação está no meio social que envolve o indivíduo. A enunciação é produto da interação social pois a palavra (não como simples ato fisiológico e sim como signo) é própria realização do signo social na enunciação concreta, é inteiramente determinada pelas relações sociais. Toda enunciação é, portanto, social. Isso implica que o jornalista, ao trabalhar com signos, não pode escapar do caráter necessariamente ideológico que todo signo possui.

Bakhtin (1992) defende que todo signo é um fragmento material da realidade (não podendo constituir, portanto, um reflexo da realidade, na medida em que também é realidade). O signo é veículo dos conflitos sociais ao mesmo tempo em que sofre os efeitos desses conflitos. Os signos existem como entidades vivas em permanente evolução de significações múltiplas. A forma não se fixa ao conteúdo: há uma nova significação da forma em cada enunciação.

Um aspecto importante a ser ressaltado é que o domínio dos signos e das ideologias são co-extensivos. Signo e ideologia não se divorciam, já que o signo não se isola das formas concretas de interação social. É interessante pensar nesses termos do signo ideológico de Bakhtin (1929) quando tentamos encontrar objetividade em notícias como a 1 e a 2. Os signos *ocupam* e *invadem* demonstram um claro exemplo do signo como co-extensão da ideologia: o verbo *invadem* possui um caráter mais pejorativo e criminaliza o sujeito (*trabalhadores rurais*) e *ocupam*

possui um caráter menos pejorativo e não criminaliza tanto o sujeito (EUA). Essa relação de signos constitui parte de conflitos sociais. Os movimentos organizados de sem-terra no Brasil, utilizando o argumento da função social que a terra deve cumprir, nomeiam a ação de entrar em terra devoluta como “ocupação” (o proprietário deve perder seu direito de posse se não manter a terra produtiva). No segundo caso denominar como “ocupação” a entrada de soldados norte-americanos no Iraque acaba por assumir um posicionamento de que os EUA possuem direito sobre as terras deste país.

Os signos, ao mesmo tempo em que veiculam esses conflitos, também sofrem seus efeitos.

A relação entre infraestrutura e superestrutura, que constitui um dos problemas fundamentais do marxismo é, de acordo com Bakhtin (1992), uma relação recíproca de mútua influência e mútua determinação. Para ele é o signo ideológico que explica o processo dialético já que este possui uma dupla função: refletir a realidade (passagem do ser ao signo) e refratar a realidade (passagem do signo ao ser). A idéia de reflexão da realidade não está, entretanto, calcada na distinção cartesiana, já que Bakhtin (1992) considera que os signos criados por grupos sociais e organizados no interior das relações sociais é que levam à existência da consciência. Não existe atividade mental fora do material semiótico: a palavra é o fenômeno ideológico por excelência. Não há nessa concepção a distinção clássica palavra / objeto.

“É preciso insistir sobre o fato de que não somente a atividade mental é expressa com a ajuda do signo mas, ainda, que para o próprio indivíduo ela só existe sob a forma de signos.(...) Neste sentido toda a atividade mental é exprimível, isto é, constitui uma expressão em potencial” (BAKHTIN, 1992, p. 114)

“A significação é a função social do signo, eis porque é impossível representar a significação à parte do signo, como independente, particular” (BAKHTIN, 1992)

A referência, na perspectiva bakhtiniana, pode ser tomada como a situação sócio-econômica total e os interesses que essa contém são significados de muitas maneiras diferentes pelos discursos. Nesse sentido não há a presunção de que exista correspondência entre nossas práticas conceituais e a maneira como o mundo é. Os referentes das expressões referenciais que se usa é o conjunto de nossas práticas conceituais. O signo de Bakhtin (1992) garante que a representação de um referente ocorre concomitante com a refração do referente, ou seja, com a

constituição de significados a partir da própria prática de uso do signo. O signo adquire significados que ultrapassam as particularidades de seu referente: os significados são adquiridos no interior dos discursos diversos.

Ao desconstruirmos a distinção tradicional entre linguagem e realidade e falarmos sobre a objetividade dentro de nossas práticas sociais e conceituais, precisamos encontrar uma restrição às nossas construções discursivas para que não seja possível falarmos, em qualquer lugar, aquilo que nos vem à cabeça.

A construção da distinção entre notícia e artigo, que constitui uma distinção entre texto opinativo e texto não-opinativo, derivou do esforço pela legitimação do jornalismo em uma sociedade com modo de pensar cartesiano / kantiano. A concepção de signo ideológico de Bakhtin nos pode ser muito útil para a compreensão da idéia de ter como fim não a verdade por adequação e sim a conversação, que para Bakhtin se justifica na própria enunciação.

“Distinções como as que estabelecem entre denotação e conotação são fundamentalmente insatisfatórias (...) Compreender a enunciação de outrem significa orientar-se em relação a ela, encontrar o seu lugar adequado no contexto correspondente. Não tem sentido dizer que a significação pertence à palavra enquanto tal” (Bakhtin, 1992)

Bakhtin (1992) aponta para uma concepção de que a compreensão é uma forma de diálogo. A compreensão está para a enunciação assim como uma réplica está para a outra no diálogo.

A objetividade do jornalismo está, portanto, nessa conversação e não em um locus externo. A notícia não pode, portanto, ser portadora de um relato privilegiado de uma verdade por adequação. É na conversação que a palavra é compreendida. Sem um locus exterior permanente para os referentes não é possível afirmar que a notícia é diferente do artigo no que concerne à uma relação objetiva entre *conteúdo* e *realidade*. Mais ético, numa postura bakhtiniana, não seria oferecer uma série de textos opinativos e não opinativos e sim uma palavra e uma contra-palavra.

“Compreender é opor à palavra uma contra palavra. (...) A significação pertence a uma palavra enquanto traço de união entre interlocutores, isto é, ela só se realiza no processo de compreensão ativa e responsiva”. (BAKHTIN, 1992, p.113)

Para Bakhtin (1992), qualquer enunciação, mesmo que não se trate de uma informação factual, é socialmente dirigida e é determinada da maneira mais

imediatos pelos participantes do ato de fala, explícitos ou implícitos, em ligação com uma situação bem precisa.

“A situação e os participantes mais imediatos determinam a forma e o estilo da enunciação. Os estratos mais profundos da sua estrutura são determinados pelas pressões sociais mais substanciais e duráveis a que está submetido o locutor” (BAKHTIN, 1992, p.115).

Mas é importante lembrar que, ainda que Bakhtin (1992) fale em determinação da situação e das condições sociais sobre o indivíduo e sobre os enunciados do indivíduo, ele não abandona sua concepção de mútua influência entre a infraestrutura e a superestrutura de Marx: “cada signo ideológico é não apenas um reflexo, uma sombra da realidade, mas também um fragmento material dessa realidade”. (Bakhtin, 1992). Para ele, a contradição é construtiva do produto ideológico e qualquer determinação do ser sobre a consciência ocorre por um movimento dialético, o qual pressupõe que a consciência está inserida no ser, é subsumida no ser.

2.5 - Influência pragmaticista: a prática de conversação como lócus da objetividade

A contribuição de Bakhtin propõe uma posição de deslocamento da objetividade de uma posição externa para uma posição interna às nossas práticas conceituais, já que estas não estão dissociadas da realidade, mas sim são fragmento da realidade.

Caso optemos pela localização da objetividade em nossas práticas conceituais, não haverá mais sentido se falar em objetividade nos termos de adequação da linguagem à realidade, já que linguagem e realidade não são coisas separadas nessa nova concepção. Mas deve existir alguma restrição em nossas construções discursivas que garanta socialmente a legitimidade do jornalismo; que garanta que o que é publicado permite, em algum sentido, a comunicação do que aconteceu onde o leitor não estava presente. Deve haver alguma restrição que permita afirmar que o jornalista não fala em qualquer lugar aquilo que lhe vem à cabeça. Mas como falar em jornalismo senão em verdade por adequação e como falar em objetividade senão no modo de objetos neutros atrás de uma cortina?

A imagem alternativa que Hegel criou para a da cortina sugere que nossas práticas conceituais podem ser o lócus da objetividade. Não é possível

determinar a restrição de nossas práticas conceituais fora de nosso alcance, pois não há nada atrás da cortina que possa ser visto (a não ser que nós nos tornemos o objeto a ser visto indo atrás da cortina). A solução de Hegel é dizer que nossos conceitos são restringidos pelas próprias práticas conceituais e que esse fato não significa que nossos conceitos são inconvenientes e arbitrários.

Sellars (1956 apud Rorty, 1988) critica a concepção de uma matriz neutra permanente através daquilo que Rorty (1988) se refere como *nominalismo psicológico*:

“(...) toda percepção de tipos, semelhanças, fatos, etc. , em suma, toda percepção de entidades abstratas – com efeito, toda percepção mesmo de particulares – é uma ocorrência lingüística. De acordo com isso, nem mesmo a percepção de tais tipos, semelhanças e fatos, enquanto pertinente à assim chamada experiência imediata, é pressuposta pelo processo de adquirir o uso da linguagem” (SELLARS, 1956, apud RORTY, 1988, p.187) .

Para Sellars (1956 apud Rorty, 1988) toda percepção de entidades abstratas é uma ocorrência lingüística, já que nenhuma experiência imediata ocorre antes do processo de adquirir o uso da linguagem. Sellars (1956 apud Rorty, 1988) defende que o conhecimento de particulares é uma forma de abstração do conhecimento de proposições: um conhecimento proposicional não pode ter uma base não proposicional. Toda justificação é, nesse sentido, uma relação entre proposições. De acordo com Rorty, Sellars (1956) afirma que “ter a capacidade de notar um tipo de coisa é já ter o conceito deste tipo de coisa” e essa idéia pode ser associada ao behaviorismo epistemológico de Rorty (1988).

O behaviorismo epistemológico é uma espécie de holismo que busca explicar a racionalidade e a autoridade por referência ao que a sociedade nos permite dizer. Esse behaviorismo considera que, se entendermos as regras de um jogo de linguagem, entenderemos porque os movimentos daquele jogo de linguagem são feitos. Para filósofos que criticaram a distinção kantiana por essa via do behaviorismo, como Sellars (1956) e Quine (1985 apud Rorty, 1988) não se trata de propor um relato que consista como fundamento do conhecimento para substituir o relato kantiano. Trata-se de apontar a futilidade em se oferecer um relato diante da constatação de que o verdadeiro e o correto são questões de práticas sociais.

O behaviorismo epistemológico é uma alternativa viável também para o deslocamento da objetividade jornalística. Considerar que a verdade e o conhecimento só podem ser julgados por referência, não a algo que pode estar atrás da cortina, e sim aos nossos jogos de linguagem já aceitos e presentes na prática,

nos permite encontrar a objetividade em nossas próprias ações e asserções. O behaviorismo epistemológico parece ser um caminho elucidativo para uma nova concepção de verdade que não se relacione a uma imagem de adequação.

Rorty (1988), que relacionou Sellars (1956) e Quine (1985) à sua teoria de behaviorismo epistemológico, afirmou que esta é uma teoria que pode ser considerada pragmaticista. No pragmatismo, a concepção de verdade distingue-se da teoria da identidade na medida em que indica o lócus da verdade no fazer. Nesse sentido, a verdade não é nada como algo pensável esperando para ser pensado, ou algo que tem correspondência com uma matriz neutra, já que o pragmatismo considera que devemos ter razões práticas para acreditar que uma coisa é verdadeira. Verdadeiro é aquilo no qual nos convém acreditar por questões práticas. *As formas puras* não estão, portanto, externas ao sujeito e ao mundo.

O termo *pragmatismo* foi empregue pela primeira vez por Charles Peirce (1989) ao dizer que o significado de um conceito deveria considerar as suas conseqüências práticas e que essas conseqüências deveriam ser incluídas no próprio conceito. Mais tarde, Willian James (1979) criou o pragmatismo como teoria em sua obra *Pragmatismo: um nome novo para velhas formas de pensar*, onde reforça que o sentido de uma idéia só pode ser avaliado através de seus efeitos práticos.

Por meio desse behaviorismo epistemológico, o lócus da verdade não pode estar exterior às nossas práticas conceituais. Portanto, a maneira como esse deslocamento da objetividade e da verdade pode ser construído na concepção jornalística é através do reconhecimento e identificação de jogos de linguagem operando na determinação da construção de discursos no jornalismo.

Em uma análise pragmaticista da verdade e da objetividade jornalística, um dos possíveis questionamentos a ser feito é qual *fazer jornalístico* foi incluído no conceito de objetividade e qual conceito de objetividade foi incluído no *fazer jornalístico*. Na história do jornalismo brasileiro, podemos perceber que a objetividade jornalística que temos foi construída por um jornalismo industrial e que o fazer jornalístico foi construído numa concepção de objetividade descendente da concepção americana, a qual foi influenciada pela linha tradicionalista da filosofia.

Fazendo um paralelo com concepção de verdade pragmaticista, a qual considera que o significado de um conceito inclui suas conseqüências práticas, podemos afirmar que foi no ato de legitimação do jornalismo livre que também se legitimou a objetividade tradicionalista na prática do fazer jornalístico. A proposta de

um novo lócus para a verdade e o objetivismo exige que levemos em conta essa análise dos contextos conceituais através da análise das conseqüências práticas desses conceitos na atividade jornalística atual.

A guinada pragmática no campo filosófico no processo de organização do conjunto da reflexão sobre pensamento / linguagem / realidade traz, para o pensamento ocidental, uma nova concepção do lócus da objetividade e da referência. Não sendo mais possível pressupor um mundo de coisas prontas, que deva ser descrito por uma linguagem perfeita, a referência transforma-se em instrumento para se modificar o indivíduo e a sociedade.

Falar em referência nesse novo contexto teórico implica falar em *valor de verdade*, não dentro da noção de verdade alética (forma de verdade independente da enunciação que produz enunciados) e sim na noção de verdade deôntica, uma verdade que depende da enunciação, isto é, depende de quem produz o enunciado, para quem produz, onde, quando, etc. A concepção de que podemos obter verdades a partir da oposição mente / mundo é, portanto, abandonada em detrimento de uma postura hermenêutica.

A hermenêutica é uma atitude em que o que interessa é a conversa. Esse é seu próprio fim. O diálogo é o fim em si mesmo. A teoria de espelhamento pode, com a aceitação desse campo teórico, ser substituída por uma atividade edificante. Se aceitarmos que *verdade* é aquilo que a comunidade nos permite dizer, o jornalismo deverá assumir uma postura não de portador de notícias adequadas a uma matriz neutra e sim de verdades de grupos sociais, ou de um só grupo social ou de grupos sociais com verdades contraditórias.

2.6 - O diálogo na pauta da ética jornalística

O conceito de objetividade calcado na filosofia tradicionalista, que concebe a possibilidade de espelhamento do mundo, é um conceito não só constituinte do mundo jornalístico mas também elemento chave na legitimação social do jornalismo. Daí a dificuldade em se colocar no jogo de linguagem jornalística um conceito de objetividade novo, ligado ao campo pragmaticista da filosofia.

A teoria do espelhamento responde que as notícias são como são porque a realidade assim as determina. Nessa concepção teórica, o jornalista é um comunicador *desinteressado*. Traquina (2004), que considerou a teoria do espelho como uma das explicações pra a concepção de notícia, afirma:

“A ideologia jornalística defende uma relação epistemológica com a realidade que impede quaisquer transgressões de uma fronteira indubitável entre realidade e ficção, havendo sanções graves impostas pela comunidade profissional a qualquer membro que viole essa fronteira” (TRAQUINA, 2004, p.174)

Os jornalistas possuem valores e normas que os definem como profissionais que cumprem o papel de árbitros: o jornalista é um agente que não tem interesses específicos a defender, que ocasionalmente poderiam desviá-los de sua missão de informar, procurar *a verdade* e contar o que aconteceu. No mundo jornalístico, *objetividade* é um termo que foi utilizado para assegurar a credibilidade dos enunciados jornalísticos, para proteger os jornalistas de eventuais críticas através da garantia de que esses profissionais agem de acordo com certos *procedimentos neutralizadores de interesses pessoais*. Objetividade designou no jornalismo, portanto, um comportamento de seguir procedimentos que, a própria sociedade assim considera, faz da notícia um relato mais adequado à realidade do que a opinião daquele que escreve.

“Os jornalistas chegaram a acreditar na objetividade porque queriam, porque precisavam, porque eram obrigados pela simples aspiração humana de procurar uma fuga das suas próprias convicções profundas de dúvida e incerteza”. (TRAQUINA, 2004, p. 101)

Essa aspiração humana por uma convicção está, como vimos, enraizada no princípio cartesiano que permeia a lógica do pensamento ocidental moderno. Pode-se dizer que a distinção entre textos opinativos e não opinativos, e a própria constituição da idéia de notícia, está localizada no mesmo jogo de linguagem epistemológico que espera encontrar algo atrás da cortina que costuramos com nossos conceitos. E essa distinção parece servir muito bem ao convencimento dos leitores de que o que é dito na notícia não descende de uma visão de mundo, mas é sim uma versão verdadeira e real. Essa distinção facilita e sustenta a manipulação e a falta de ética jornalística. Pode-se dizer, portanto, que o campo de linguagem epistemológico não é mais um campo seguro para se localizar a concepção de objetividade e a idéia de credibilidade e ética jornalística que dela decorrem.

A proposta de construir um fazer jornalístico hermenêutico, que substitua o fazer jornalístico epistemológico, me parece mais ética dentro da concepção de que não é mais possível garantir à sociedade uma linguagem

privilegiada que possa atingir uma matriz neutra. Assumir uma posição não-epistemológica não significa abandonar a objetividade do ponto de vista de sintaxe e coesão textual. Significa assumir uma postura de conversação com o leitor: ao invés do jornalista se colocar como portador do relato privilegiado deve se colocar como proporcionador de acesso a diversos relatos e a possíveis relações entre estes relatos.

Conclusão

A objetividade é um valor no jornalismo que tem sido objeto de discussão de vários teóricos da comunicação. De acordo com Traquina (2004), por volta de 1930 os jornalistas passaram a reconhecer que a reportagem objetiva era uma meta fora do seu alcance. Nas ciências e na filosofia, a crítica à possibilidade de objetividade já foi travada há muitos anos. Partindo dessas informações pode parecer que, na crítica à objetividade jornalística, não há nada de novo, já que os jornalistas estão há muito tempo cientes da impossibilidade de objetividade.

Mas o que acontece é que, apesar de estarem (às vezes) cientes dos problemas com a objetividade, os jornalistas ainda precisam dela para se legitimarem. As discussões sobre objetividade entre os teóricos nos estudos de jornalismo quase sempre chegam à conclusão de que, apesar da objetividade ser inatingível, devemos continuar falando nela para garantir a credibilidade e legitimidade do jornalismo. A ética jornalística está, portanto, em bases teóricas bastante frágeis. E isso pode ser constatado na prática jornalística quando assume pra sociedade a posse da *verdade*, mesmo que nos bastidores todos os jornalistas saibam que as instituições de jornalismo para as quais trabalham servem signos ideológicos de determinados grupos sociais.

O maior problema é que o discurso de um jornalismo objetivo é veiculado não só para os leitores, mas é também repetido como mito nas faculdades de jornalismo e nas instituições de comunicação. Muitos estudantes de jornalismo nunca chegam a questionar mais a fundo a concepção de objetividade. E muitos jornalistas não acreditam estar apenas usando técnicas de objetividade, mas acreditam estar realmente fazendo uma notícia portadora de neutralidade.

Sobre a questão que esta monografia se propôs a responder, de apontamento da relação entre a objetividade jornalística e a objetividade pensada pela filosofia tradicional, é possível dizer que, apesar das várias reflexões já feitas em teorias jornalísticas, a objetividade que continua sendo um ideal presente na prática jornalística, bem como em manuais de redação e diversos livros didáticos, é a objetividade calcada na teoria do espelhamento.

Respondendo a essa questão, este trabalho se permitiu ir além na busca de responder se o lócus filosófico em que foi calcado o conceito de objetividade jornalística deveria ser mantido. Daí decorreu a tentativa de construção de uma concepção de notícia que tenha compromisso com a objetividade apenas na

forma do texto e que tenha um compromisso com a ética social não por via da adequação (teoria da identidade) e sim por via da proposta de diálogo de significações, compreendendo a palavra – objeto de trabalho do jornalista – como um signo ideológico que ganha sentido nos contextos de seu uso.

A linguagem jornalística defendida por diversos estudiosos da comunicação é a que pode fazer um relato puro (ou aproximadamente puro), é aquela sintética, sem uso de adjetivos, clara, concisa. Os manuais de redação ensinam como fazer um relato puro, os cuidados que se deve tomar. O grande questionamento, no entanto, deve ser modificado. Ao invés de perguntarmos como fazer um relato objetivo (ou aproximadamente objetivo) da realidade, devemos nos questionar se existe um fato puro que possa ser pensado separado da linguagem. Se não há essa distinção, não há sentido na permanência de construção de receitas para se fazer uma linguagem jornalística capaz da objetividade. Sem a distinção entre linguagem e fato, não é possível se falar em textos opinativos e não opinativos. A própria escolha de um substantivo em detrimento de outro já caracteriza uma atitude construtiva da realidade, sendo, portanto, um ponto de vista e não um relato aproximadamente objetivo e próximo do real, do que *de fato* aconteceu.

Assumir que as palavras não denominam objetos e considerar que a significação é dependente de nossas práticas conceituais, nos sugere um questionamento acerca de como será possível permanecer na distinção entre notícia e artigo. O que me parece mais ético, diante de uma postura tirada do behaviorismo epistemológico, é assumir que a associação entre notícia e objetividade não passa de uma associação construída em nossas práticas conceituais no contexto da epistemologia tradicional que permeou o pensamento ocidental por tanto tempo.

Diante dessa constatação, a única distinção possível de ser sustentada em uma nova concepção acerca de linguagem e realidade (uma concepção anticartesiana e antikantiana) é a distinção acerca da forma da notícia e da forma do artigo. Já não cabe mais falar em distinção de conteúdos entre esses dois tipos de textos se a referência for a idéia de adequação à realidade. Uma notícia é um relato mais simplificado, mais preciso e direto quanto ao aspecto externo, formal, organizacional do texto. Já o artigo trata do assunto com mais minudência, não tem o dever de simplificar, sendo geralmente mais longo e menos formal.

Abandonando a concepção tradicionalista de objetividade, a notícia perde seu privilégio de portadora de um relato mais adequado a um objeto neutro

externo. Quanto ao conteúdo, a notícia é tão portadora de signo ideológico quanto um artigo ou uma reportagem. Nesse sentido, exatidão, imparcialidade e adequação devem deixar de fazer parte da definição de notícia. Talvez ainda seja possível manter o caráter *atualidade* como parte do aspecto sobre conteúdo da notícia. Mas daí caberia ainda uma outra reflexão acerca de qual critério poderia ser usado para definir a atualidade do assunto a ser abordado.

Um fazer jornalístico que trabalhe a concepção de que as palavras não se referem a objetos externos definidos pode ser mais ético na medida em que assume uma postura de diálogo e conversação entre os diferentes signos ideológicos, os diferentes significantes e os diferentes interlocutores. É mais ético, por exemplo, expor um diálogo acerca de um fato mostrando os diferentes contextos que trazem diferentes significantes partindo de diferentes interlocutores sociais.

Referências Bibliográficas

AMARAL, Luiz , **A objetividade jornalística** , Porto Alegre, Sagra: DC Luzzato, 1996

BAHIA, Juarez , **Jornal, História e Técnica / As técnicas do jornalismo**, São Paulo - Ed. Ática, 1990

Bakhtin/ Voloshinov, V.N.-1929. **Marxismo e filosofia da linguagem**. São Paulo, Hucitec, 1992.BAZIN ,1976

Bensusan, Hilan , **Pode Deus determinar o valor de pi? (Ou pensar na objetividade depois de Hegel e Wittgenstein)**, 2002, Artigo, Brasília, 2002.
Disponível em <http://www.unb.br/ih/fil/hilanb/papers/> - Acesso em março de 2005

BUCCI , Eugênio, Sobre ética e imprensa, São Paulo, Cia das Letras, 2000

CARDOSO, Silvia Helena Barbi, **A questão da referência**, das teorias clássicas à dispersão de discursos, Campinas, SP, Autores Associados, Coleção linguagens e sociedade, 2003

CASTRO, Ruy - Nelson Rodrigues, o anjo pornográfico – São Paulo – Cia das Letras, 1992

DESCARTES, René, **Meditações** I, II e VI, col. Os Pensadores, São Paulo: ed. Abril, 1980

GOULART, Ana Paula, **Memória de Jornalista: um estudo sobre o conceito de objetividade nos relatos dos homens de imprensa dos anos 1950**, Estudos de Comunicação. Livro do XI Compós.. Porto Alegre, Sulina, 2001

HEGEL, Georg Wilhem Friedrich – **A Fenomenologia do Espírito** - Trad. Paulo Meneses – Petrópolis - Vozes,1992.

HOHLFELDT, Antonio. **Objetividade: categoria jornalística mitificada**. In: XXIV Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, Intercom, Campo Grande, 2001.

KANT, Immanuel. **Metafísica dos costumes 1ª parte: doutrina do direito**. São Paulo, Ícone Editora, 1993.

LAGE, Nilson , **A reportagem: teoria e técnica de entrevista e pesquisa jornalística** , Rio de Janeiro , Record, 2001

LIPPMAN, Walter. **Public Opinion Nova York**, Free Paper ,1965

MAGEE, Bryan , **História da Filosofia** , São Paulo ,Loyola, 2000

PIERRE, Francisco Eduardo Ponte , **A hegemonia do modelo objetivo e a formação do jornalista** , em Comunicação e Informação / Universidade Federal de Goiás, Faculdade de Comunicação e Biblioteconomia , vol. 2, nº 1, jan/jun. – Goiânia, 1999

PIERCE, Charles Sanders., **Escritos coligidos: seleção de Armando Mora d'Oliveira" in Coleção Os Pensadores**: Charles Sanders Pierce e Gottlob Frege, São Paulo, Nova Cultural, 1989.

RORTY, Richard , **Filosofia e o Espelho da natureza** , Lisboa , .Dom Quixote,1988

SIGELMAN, Leo, **Reporting the News: Na Organizational Analysis**, Journal of Sociology, Julho, 1973

SODRÉ, Muniz e FERRARI, Maria Helena , **Técnica de Reportagens, Notas sobre a narrativa jornalística** , São Paulo , Ed. Summers, 1986

SODRÉ, Nelson, **A História da Imprensa no Brasil**, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1966

TRAQUINA, Nelson – **Teorias do Jornalismo (vol.1)**, Florianópolis, Editora Insular, 2004

WITTGENSTEIN, Ludwig. **Investigações filosóficas**. Tradução de José Carlos Bruni. São Paulo, Abril Cultural. 1984

WITTGENSTEIN, Ludwig - **Tractatus Logico-Philosophicus**, Edusp, 3ª edição, 2001

WILLIAM JAMES, William, **Pragmatismo e outros textos**, Coleção Os Pensadores, Editora Abril Cultural, 1979

ZUNCZIK, Michael – **Conceitos de Jornalismo: Norte e Sul: Manual da Comunicação**, tradução: Rafael Varela Jr. – São Paulo – USP, 2002